

MagisCultura



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Mineira

Setembro de 2018

MagisCultura 20:
Em dez anos,
mais de 80 autores

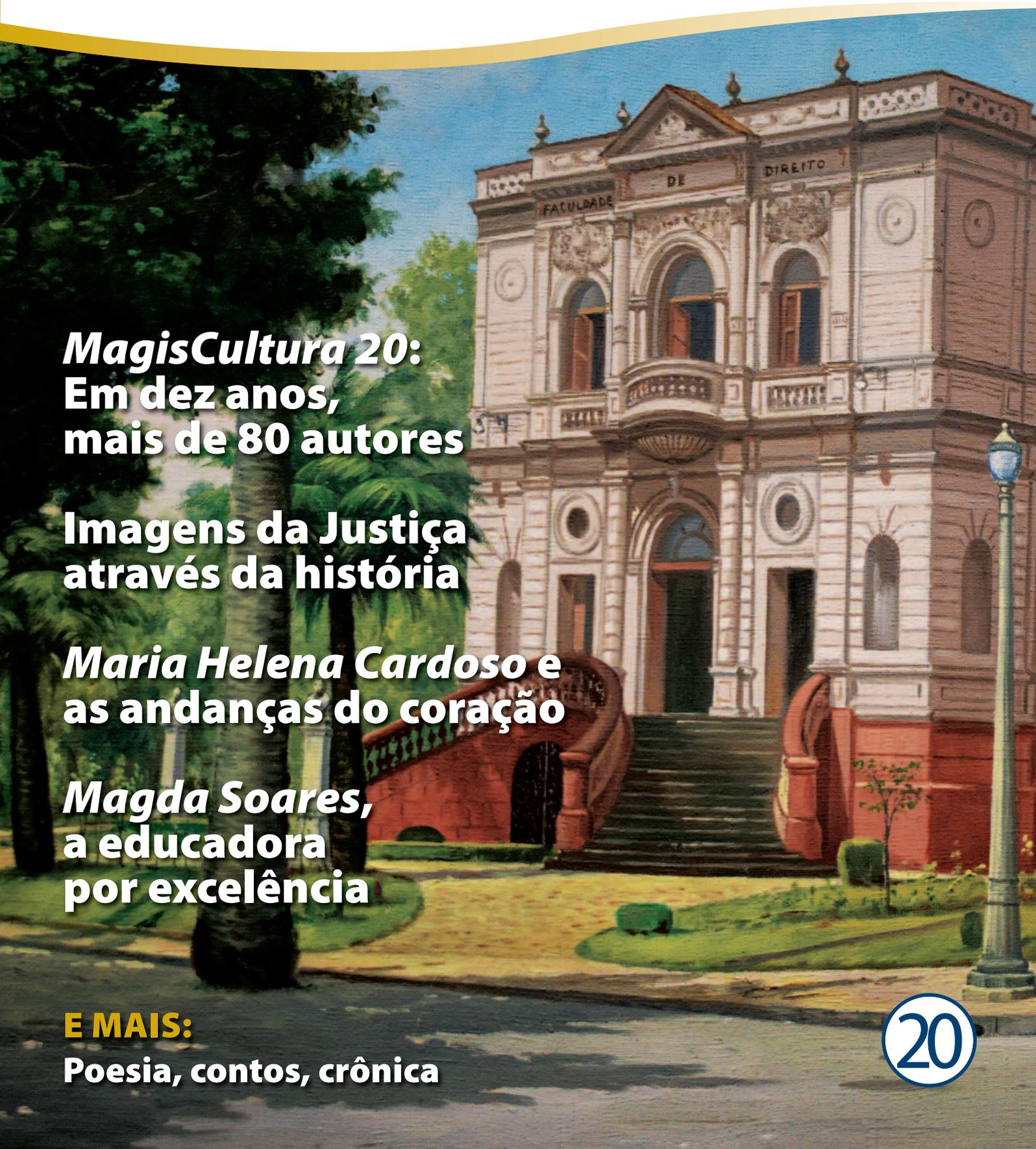
Imagens da Justiça
através da história

Maria Helena Cardoso e
as andanças do coração

Magda Soares,
a educadora
por excelência

E MAIS:
Poesia, contos, crônica

20



SUMÁRIO

CAPA

O casarão demolido

Erguido em 1898 para ser a sede do primeiro curso de Direito de Minas, que nascera alguns anos antes em Ouro Preto, um imponente casarão que ficava na Praça da República (hoje Praça Afonso Arinos), em Belo Horizonte, estaria completando 120 anos, se não tivesse sido demolido em meados dos anos 1950, “sem protesto dos mestres, alunos e da população”, como afirma o jornalista e advogado Fábio Proença Doyle. É este casarão que ilustra nossa capa e cuja memória está sendo resgatada, junto com grande parte da formação jurídica e do próprio Judiciário mineiro, em livro do advogado e professor professor Hermes Vilchez Guerrero.

A pintura a óleo sobre tela é de 1927, feita por Nazareno Altavilla, filho de italianos, nascido em São Paulo, mas que fez sua carreira artística em Minas Gerais, sendo autor de belas paisagens.

Na quarta capa, em contraponto, o preservado prédio do Palácio da Justiça, sede histórica do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, inaugurado em 1912. A obra é a reconstituição de uma fotografia com utilização da tinta guache, feita pela artista plástica e professora Sandra Bianchi, ilustradora de MagisCultura desde a primeira edição.



CONTO

Paladares da vida

Renato César Jardim

4



HISTÓRIA

O caso Pontes Visgueiro, um feminicídio no Império

Marcos Henrique Caldeira Brant

8



CRÔNICA

Narciso

José Fernandes Filho

12



ENSAIO

Maria Helena Cardoso

A ventura de quem pela primeira vez percorre os caminhos do seu coração

Gutemberg da Mota e Silva

14



Iconografia da Justiça através dos tempos

Marcelo Piragibe

24

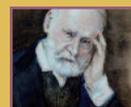


Victor Hugo:

uma ponte entre Brasil e França

Rogério Medeiros Garcia de Lima

30



CONTO

Sitiados

Fernando Armando Ribeiro

36



HOMENAGEM ESPECIAL

Magda Soares, a educadora que conhece o dever. E cumpre.

Manoel Marcos Guimarães

38



Ciência e pesquisa na área da Educação

Magda Soares

42



POESIA

Dois poemas
Llewellyn Medina
44



Dois poemas
Elson de Paula e Silva
45



Dois poemas
João Quintino Silva
46



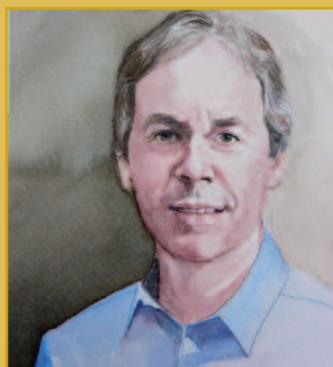
NOSSA CAPA

O casarão demolido
47

DEZ ANOS, VINTE EDIÇÕES

A fala dos presidentes
48

Oito dezenas de autores
50



EDITORIAL

Permanência e robustez intelectual

Ao comemorar os 10 anos e vinte edições de nossa revista, procurei rere os editoriais com os quais apresentei as edições anteriores e exatamente na primeira publicada sob minha responsabilidade como presidente, a número 15, encontrei o pensamento que me domina agora. Dizia eu àquela época que *“da mesma forma que são indispensáveis à consolidação e perpetuação dos regimes democráticos, as qualidades de ‘permanência’ e ‘robustez’ são variáveis essenciais à consolidação de projetos culturais”*. Posso repetir aqui, com tranquilidade, a frase com que concluí esse pensamento, há três anos: *“a presente edição da MagisCultura é um atestado incontestável de que ela é uma revista plenamente consolidada, pela sua permanência ímpar de dez anos e pela robustez intelectual de seu conteúdo”*.

Iniciativa pioneira e altamente sensível do colega e amigo Nelson Missias de Moraes, então presidente da Amagis e hoje presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a revista já publicou trabalhos de mais de 80 magistrados mineiros e de alguns dos principais nomes da literatura brasileira, sempre com esmerada qualidade e grande variedade. Mais do que isso, ela possibilitou – e continua possibilitando – grande interação entre os colegas juízes e desembargadores, por suscitar desde bons debates até simples conversas culturais entre eles.

Minha honra e meu orgulho são duplos, pois fui presidente do Conselho Editorial desde seu lançamento, em 2009, e acompanhei de perto todas as edições, envolvendo-me na definição de pauta e de temas a serem abordados.

Consolidada, portanto, *MagisCultura* se oferece agora aos leitores com mais um conjunto de textos enriquecedores, sejam poemas, sejam crônicas, artigos e ensaios capazes de despertar nossa curiosidade intelectual e ativar nosso prazer da leitura.

Ao lado dos textos dos magistrados, peço vênias para destacar, nesta edição comemorativa, nossa homenagem à professora Magda Soares, com sua história de educadora e seu pensamento consolidado sobre as agruras da educação brasileira, e a escolha do nosso tema de capa, uma lembrança do Casarão da Praça da República, lamentável e incautamente destruído.

Ao lhes entregar a presente edição, que será a última editada sob minha responsabilidade como presidente, renovo também meu convite aos colegas magistrados para que ampliem sua participação, enviando novos textos para as próximas edições, que serão muitas, assim espero.


Maurício Soares
Presidente

MagisCultura
Mineira

Amagis - Diretoria Triênio 2016-2018

Presidente: Desembargador Maurício Torres Soares
Vice-presidente Administrativa: Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro: Desembargador Alberto Diniz Junior
Vice-presidente de Saúde: Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto
Vice-presidente do Interior: Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo: Juiz Ricardo Torres Oliveira
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas: Juiz José Martinho Nunes Coelho
Diretor-secretário: Juiz Christyano Lucas Generoso
Subdiretora-secretária: Juíza Rosimere das Graças do Couto
Diretor de Comunicação: Juiz Christyano Lucas Generoso
Coordenador de Comunicação: Bruno Gontijo (MTb - MG 11008)

Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

ISSN 1984-5081

• **Conselho Editorial:** Juiz Renato César Jardim (presidente), Desembargador Gutemberg da Mota e Silva, Desembargador João Quintino Silva, Desembargador Luiz Carlos Biasutti, Juíza Aldina de Carvalho Soares, Jornalista e Escritor Carlos Herculano
Editor Responsável: Jornalista Manoel Marcos Guimarães (JP 1587/MG)

Proj. gráfico e editoração eletrônica: Rachel G. Magalhães (rachel@belohorizonte.com)
Ilustrações: Sandra Bianchi (sandrabianchi@gmail.com)

Impressão: Rona Editora
Tiragem: 2.300 exemplares

• **Envio de textos para publicação:** leia normas na terceira capa



Paladares da vida

Renato César Jardim

Juiz de Direito em Belo Horizonte

A vitrola automática aciona o segundo long-play da sequência de quatro dispostos no pino do sistema de pilhagem, utilizado para tocar sequencialmente um dos lados dos discos engatilhados. O LP cai no prato. O ruído inicial da agulha nas ranhuras da bolacha dá sequência à canção repetida dezenas de vezes ao dia nas últimas semanas, a primeira do lado A. O disco da canção assaz tocada é pela primeira vez compartilhado com outros.

Os transeuntes circulam pelo velho centro abandonado da cidade. Ouvem o som propagado em direção à calçada.

Afastada das sessões terapêuticas, Alice tenta reconstituir a sua história. Os parcos rendimentos, fruto dos cachês de artigos literários publicados em jornais da cidade, não lhe permitem arcar com o pagamento do analista. Até mesmo a conta de energia já vai para o terceiro mês de inadimplência e não há mais com quem contar. Alice tem dificuldade em reedificar os acontecimentos. A borracha do tempo apaga muita coisa e o remanescente, entranhado sem delir, é o livro prensado em celulose encefálica, a história viva de um passado. Ela, o papel principal do livro de sua existência. Um papel prestes a incinerar-se no curto-circuito de eletrizantes pensamentos. Apesar de tudo, há pérolas guardadas na bagagem. É urgente a necessidade de reencontrar-se.

Por muito tempo acreditou no destino por conveniência e assim justificou seus fracassos. Agora enxerga nele um ditador avesso a porquês. Um Deus travestido, cruel e consoladora farsa do porvir previamente traçado. Procura na razão contabilizar as alegrias e tristezas de sua vida. Busca talvez um consolador saldo positivo.

Sonhou na noite anterior com o dia do seu casamento, da viagem de núpcias para Boston, com o seu príncipe dizendo na esplanada do Rio Charles que os raios do luar teciam a madrugada. Segundos após despertar percebeu-se sozinha. Resignada, ligou a vitrola e posicionou os quatro LPs no sistema de pilhagem, cada um de um tempo diferente de sua vida. Sem saber, estava marcada a ferro e fogo pelo visgo ardiloso de indelévels canções, sons cristalizados na mente.

No pensamento, fragmentos de lembranças das passeatas estudantis acompanhadas da janela de casa com a discrição imposta pelo pai, desafeto dos chamados subversivos, dos cartazes a reclamar pela paz nunca experimentada por Alice em sua inteireza. Era incrivelmente mimada pelos pais. O coronel Affonso, homem de posses, proprietário de sólido empreendimento imobiliário, conhecido pela astúcia nos negócios, exigia nos ágapes servidos na mansão da Serra diálogos somente em inglês, homenagem à esposa anglo-saxã. O furor de orgias consumistas da mãe não privava a filha de qualquer desejo de uma criança.

A mãe dizia:

– Alice, precisamos renovar o seu guarda-roupa e o de suas irmãs. Na semana vindoura vou a Londres visitar tia Nancy e trago novidades.

Não havia o que renovar.

Convidada à casa de outras crianças, sentia-se incomodada. As amigas admiravam a sua chegada, o motorista uniformizado, o mesmo condutor diário de Alice ao Colégio Inglês. As colegas demonstravam interesse em saber sobre as novidades tecnológicas ainda incipientes no país, o portão da casa da amiga rica com controle remoto, o carro automático com direção hidráulica, os perfumes de Paris, as rotineiras viagens à Disneylândia e ao Rio de Janeiro.

Era uma noite de verão. O dia fora alegre, brincadeiras na orla da piscina com as amigas. Alice sentia-se radiante com a vida. Tudo preparado para o jantar. Antes de sentar-se à cabeceira da mesa, coronel Affonso apanhou uma garrafa de conhaque no aparador da sala de jantar, deixou de lado a polidez, o refinado idioma bretão, e destilou o seu ódio:

– Aquele filho da puta do Cornélio me passou a perna. Por que fui dar a ele o controle das finanças da empresa? Desgraçado! A culpa é minha quando o tirei da pitimba e o convidei para a sociedade. Eu colocaria a mão no fogo pelo maldito.

A irritação inicial de Margareth, sempre contrária ao ingresso de Cornélio na sociedade – um amigo interesseiro, dizia ela – deu lugar à razão:

– Affonso, tudo se arranja.

– Arranja nada, estou quebrado!

Dali em diante as coisas iam de mal a pior. Apartamento alugado, as filhas no colégio público, alimentação regrada. A decoração e o mobiliário da nova morada, resto de um passado glamoroso, contrapunham-se ao modesto apartamento de dois quartos, adaptado com camas beliche.

Foram momentos de dor. O pai não era uma figura meramente figurativa na vida de Alice. Ao contrário, era a referência de amor, da proteção máxima, a luz do sol de sua vida. Mas a filha nunca o vira, homem altivo e confiante, daquele jeito. E não mais veria, após ouvir na madrugada fria de junho um estamido seco vindo do quarto do casal.

A educação e a beleza de Alice fizeram-na, aos dezoito anos, casar-se com Alfredo, desejo de muitas concorrentes, inclusive de Fernanda, sua melhor amiga, noiva do disputado partido até o súbito rompimento ensejador do perturbador conúbio. As investidas de Alfredo e o traumático fim do noivado de Fernanda levaram Alice ao sentimento de traição, embora confiasse sempre no inevitável enlace, certa do prognóstico da pueril brincadeira das pétalas do bem-me-quer... malmequer, sempre encerrada com a desejada e derradeira parte da flor em suas mãos. Uma pétala certamente mais desejada pela mãe, insistente incentivadora do nobre enlace.

Os anos do doutorado de Alfredo em Harvard, com estudos entremeados por passeios em Boston e Nova York foram momentos de sólido romance. O marido tratava a esposa como um bibelô. Vacionada para as letras, Alice aprimorava na América seus estudos linguísticos e literários. Mantinha o hábito de escrever rebuscados poemas. Era a felicidade sem fim. Faltava

apenas o filho, logo e ardentemente desejado por Alfredo. Tentativas fracassadas e o diagnóstico da síndrome de ovários policísticos revelaram a infertilidade de Alice, sem a mínima possibilidade de fecundação do filho já vivo em pensamentos e levado pela enxurrada tragada pela boca de lobo da frustração. A incapacidade de procriar, a negação da benção divina da perpetuação da espécie e da sequência do ser representaram um grande sofrimento, um descrédito, e até mesmo vergonha para Alice. Sentia-se incapaz de atender os anseios do marido e de ser mulher, mesmo diante do terno apoio de Alfredo. Rompeu o liame com Deus, com a fé até então solidificada. O tom da menina até então apegada às tradições cristãs presbiterianas passou a ser a blasfêmia.

Alfredo, em louvor ao amor sem interesse, era a ternura sempre a chancelar:

– *Meu amor, você basta para a plenitude de uma paixão.*

No retorno ao Brasil, a notícia do suicídio de Fernanda no dia de seu casamento, fruto de depressão pelo rompimento do noivado com Alfredo, informação sonogada pela família ao casal, levado diretamente da cerimônia festiva para o aeroporto em viagem para Boston, lacerou o coração de Alice.

Alfredo ponderava:

– *Meu amor, o errado seria casar com ela, porque eu amo é você. Eu escolhi você. Não temos culpa.*

Aparentes resignações, a Diretoria Administrativa da Mineradora American Gold, confiada a Alfredo, fez a vida tornar-se mais confortável e coberta de mimos. As notícias emolduradas

pelas fotografias das colunas sociais davam amiúde o tom do casal VIP.

Anos de convivência e a lixa desgastante do tempo esfriaram a relação. Alice casara muito nova. Nem sequer tivera a opção de escolha própria, pensava ela na razão da maturidade. As relações íntimas congelavam. *Alfredo ainda a amava?* – questionava. Mas não se animava em utilizar-se das pétalas de flor na busca de uma resposta.

Um momentâneo sentimento de resgate de regalos de vida perdidos no tempo, um deslumbramento pelo novo, levaram Alice, embaraçada e insegura, à infidelidade numa tarde quente de primavera. Thales, o primo mais velho, a quem visitara em meio às viagens de Alfredo, tomou-lhe as mãos e em galanteio, ao estilo de Basílio, disse:

– *Estás linda!*

Em seguida, sentado ao lado da prima no sofá da sala, revelou-lhe os seguidos sonhos e os pensamentos de afeto e desejos desde a infância, quando frequentavam a casa da avó e se embuçavam juntos em locais secretos e escuros, nos guarda-roupas com cheiro de naftalina, debaixo de sofás, um sentindo a respiração e o calor do corpo do outro na brincadeira de esconde-esconde. Consumada a traição, um sentimento de dor e arrependimento seguiu-se à aventura impensada.

A manhã ensolarada de setembro acabou de vez com o relacionamento até ali respeitoso. O telefonema da companhia noticiava o desmoronamento da mina inspecionada por Alfredo e dois ianques.

A consternação de três jovens e de uma linda mulher no velório de Alfredo fez emergir a desconfiança, depois confirmada pela habilitação em inventário dos filhos tão ardentemente desejados pelo marido infiel. Os anos dourados transformaram-se numa opaca lembrança.

Em meio a arrebatedores pensamentos desce ao prato o terceiro disco e Alice retira-o da vitrola. Coloca novamente o segundo long-play em ação, aquele da música repetida a todo tempo nas últimas semanas. Os vizinhos não suportam mais ouvir aquela canção. Ao fim de cada execução, a agulha é novamente recolocada na faixa da música predileta, ao som de arranhões provocados pela mão trêmula.

O inexorável pranto do arrependimento, lamento de males cometidos, brota da consciência pesada, alma a destilar lágrimas purificantes, como a peçonha do escorpião que mata e salva a vida no soro dela retirado. Alice quer renovar a fé. Sua alma está enferma, na iminência de dar um adeus coagido pela dor. A música, doída saudade, as canções dos discos, clamores de dor. No angustiante momento, se seu coração conquistar um mundinho, uma ameiba talvez, terá amealhado o que mereceu. Sente-se assim. A vistosa borboleta das noites de glória entra em terapia regressiva defronte do espelho manchado da velha penteadeira.

Cai o quarto disco, ainda não tocado, “Tangos de Gardel”. Ao som de sincopados acordes dramáticos, a tragicidade da melodia nutre a solidão. Vem a recordação do poema “Paladares da Vida”, escrito pelo avô paterno, o preferido do coronel Affonso e declamado por Alice nas aulas de literatura do Colégio Inglês:

*Vem garçom-destino, servir,
No lauto ágape da vida
Existência a ser digerida
Nutrientes do nosso devir.*

“O inexorável pranto do arrependimento, lamento de males cometidos, brota da consciência pesada.”

*Faz-nos empanturrar com fartura
De pérfida comida indigesta
Da bebida caluniadora e funesta
Serviçal carrasco da tortura.*

*Ao menos no ocaso da ceia
Não permita o sono perdido
Do hibernante de pança cheia.*

*Dai-nos trégua na tristeza
Esse prato amiúde servido
Coloca o mel sobre a mesa.*

Sentindo-se o próprio tango executado na eletrola, Alice mistura no copo de uísque barato os trinta comprimidos do vidro de antidepressivos. Etereamente inspirada no avô, rabisca em letras arrastadas um poema na folha arrancada de um velho caderno espiral, acomodada na capa dura de um dos discos. Intitula a poesia: “*Um Tango na Alma*”, e prossegue:

*Ouçó um tango de Gardel.
Na tragicidade que alimenta a solidão
Faço-me lembranças*

*No frustrante naufrágio de aquática mágoa
Num espelho de toucador
Contemplo a boba da corte meneando
sem graça silenciosos guizos
Sob a troça impiedosa.*

*No opróbio da dor incompreendida
A tragicomédia será o espetáculo
Dos amores unilateralmente resguardados.*

*Na névoa de eterna madrugada
Cubro-me imperceptível
Andrajosa perdulária da alegria.*

*Sigo num compasso langoroso
Pachorrenta lagarta.
O tango sou eu.*

A alma bêbeda, num pedido de socorro, medita alucinada na busca do ser procurado em sua integridade. “A felicidade, o que é a felicidade?” – questiona a todo tempo. Sucodem-se no pensamento acelerado momentos de alegrias, tristezas, conquistas e fracassos. Há pedidos de socorro de uma criança indefesa, do ser maduro perdido num labirinto a desafiar a vida. No alfabeto do querido diário mantido anos a fio e aberto sobre a cama desarrumada do quarto de paredes mofadas, em delirante leitura, pingos nos is são gotas prateadas de orvalho, os ós o sol a brilhar. Na impossibilidade de fuga das inquietações encarceradas em segurança máxima, tece com fios da luz do luar das noites de Boston a corda libertadora da torre de uma prisão abismal.

Cambaleante, em trancos reordena os discos. Alucinações em meio a melodias. A borboleta em regressão, em busca da inexistente luz, desata os nós intangíveis, obtém a derradeira pétala bem-me-quer. Refugia-se e liberta-se da sua miséria quando o garçom-destino deixa de servir no ágape da vida a pérfida comida indigesta, a bebida caluniadora e funesta e coloca o mel sobre a mesa.

“A alma bêbeda, num pedido de socorro, medita alucinada na busca do ser procurado em sua integridade.”

Sem ação humana a vitrola automática lança ao prato o disco até então predileto. Depois do chiado inicial propaga-se pela báscula do porão, em direção à calçada, o som da melodiosa canção ouvida por apressados transeuntes. Em determinado momento, impedida por um arranhão de prosseguir no sentido horário, a agulha volta ao sulco do vinil e passa a repetir incessantemente: “...a felicidade é como a gota de orvalho numa pétala de flor...”



O caso Pontes Visgueiro, um feminicídio no Império

Marcos Henrique Caldeira Brant
Desembargador do TJMG

A história judiciária brasileira é rica em acontecimentos. Um deles é um caso que ficou conhecido como “Pontes Visgueiro”, ocorrido no período imperial. É um dos mais dramáticos e famosos que muito comoveu a sociedade da época principalmente a da Província do Maranhão.

Autoridade. Amor. Paixão. Infidelidade. Foram ingredientes para um grande drama passionai: um feminicídio ocorrido em São Luís do Maranhão no final do século XIX.

Este feminicídio deu tema ao livro “A Tara e a Toga”, romance-ficção escrito por Waldemiro Viana, integrante da Academia Maranhense de Letras (AML), lançado em 2010, obra carregada com humor e certo teor de sensualidade. Inclusive, foi motivo de quadro cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão. E, quem sabe, nas mãos de um talentoso cineasta dará bom roteiro para um romance drama?

Os protagonistas desta dolorosa história foram: o desembargador José Cândido de Pontes Visgueiro, um sexagenário alagoano, membro do Tribunal da Relação do Maranhão, respeitável homem público que, inclusive, fora deputado na Assembleia Provincial por duas vezes. Era um solteirão solitário e metódico, que padecia de deficiência auditiva em alto grau. E Maria da Conceição, a Mariquinhas, jovem mulata festeira de 15 anos, mulher de rara beleza, mas de vida livre, portanto, uma prostituta, parceira de vários jovens estudantes maranhenses, que a adjetivavam de “Mariquinhas, a devassa”. O triste é que Mariquinhas era explorada pela própria mãe, que, por meio dela, tirava sustento da família.

Pontes Visgueiro e Mariquinhas se conheceram e se toraram amantes. A grande diferença das idades era compensada com afagos e mimos, ingredientes necessários para manter aceso o colóquio amoroso.

O romance tornou-se público e notório, sob reprovação da sociedade, que se escandalizava. Porém, não atingia Pontes Visgueiro, que tinha loucura pela jovem Mariquinhas, perdendo os freios morais, a compostura pessoal e a respeitabilidade que o cargo de magistrado impunha.

Mariquinhas sabia manipular os sentimentos do sexagenário desembargador, conduzindo um jogo amoroso permeado de relacionamentos múltiplos com homens mais jovens. Mas não tardou a desconfiança de Pontes Visgueiro, que, inseguro, ciumento, possessivo e tomado de grande ódio, tramou vingança e cogitou meticulosamente um corretivo final à parceira infiel.

Atraída pelo desembargador até sua casa, Mariquinhas foi amarrada, entorpecida e apunhalada até a morte pelo enfurecido Pontes Visgueiro que, em seguida, auxiliado por um escravo, esquartejou o cadáver para que coubesse na caixa de zinco que adredemente encomendara para esta finalidade, a fim de ocultar sua ação.

“A grande diferença das idades era compensada com afagos e mimos, ingredientes necessários para manter aceso o colóquio amoroso.”

“ A premeditação, a perversidade e a frieza do “crime da caixa”, como passou a ser denominado pela imprensa, causaram perplexidade e repulsa da sociedade tradicional da época.”

O crime foi logo descoberto pela polícia, dada a ingenuidade do ocultor do cadáver. A premeditação, a perversidade e a frieza do “crime da caixa”, como passou a ser denominado pela imprensa, causaram perplexidade e repulsa da sociedade tradicional da época. Pontes Visgueiro teve sua autoridade de magistrado posta em xeque. Viajou para a Corte no Rio de Janeiro, onde foi decretada sua prisão.

Por ter foro privilegiado, em razão do cargo de desembargador, o julgamento se deu perante o Supremo Tribunal de Justiça, oficiando como acusador o procurador da Coroa, Dr. Francisco Balthazar da Silveira, e como defensor o Dr. Franklin Américo de Menezes Dória, Barão de Loreto, homem público de prestígio, advogado brilhante e escritor renomado.

O julgamento mobilizou a sociedade da Corte e foi um dos mais concorridos e ricos em debates jurídicos. Houve muita disputa para assisti-lo pela classe mais abastada.

A acusação postulou a pena máxima de morte. A defesa sustentou a tese de “desarranjo mental” produzido pela paixão, causa dirimente de criminalidade. O Supremo Tribunal de Justiça, à unanimidade, desacolheu a tese defensiva reconhecendo que o réu incidira em homicídio sem causas de aumento (art. 193 do Código Criminal do Império), condenando-o a pena de galés, máximo legal em face do reconhecimento de agravantes. Mas por ter o réu mais de 60 anos, a pena de galés foi substituída pela prisão perpétua com trabalhos.

Embora tentativas de transferência para a Penitenciária de São Luís do Maranhão, Pontes Visgueiro cumpriu sua pena perpétua na Casa de Correção da Corte, onde lhe foi reservada a mais triste das humilhações. Já completamente surdo e lerdo devido à idade, passou a trabalhar na oficina de encadernação de livros. Certo dia, em visita de inspeção à unidade prisional, compareceu o ministro da Justiça. Pontes Visgueiro pediu-lhe audiência, oportunidade em que lhe indagou sobre a tramitação de seu pedido de revisão da aposentadoria da Relação do Maranhão, pois, como desembargador, era vitalício. Mas a resposta do ministro veio curta e seca, escrita em uma folha de papel: “Foi (*desembargador*)”. Pontes Visgueiro faleceu em março de 1875, aos 62 anos.

O doloroso “Caso Pontes Visgueiro” mereceu estudo do célebre criminalista Antônio Evaristo de Moraes (1871 - 1939) que, com muita maestria, sustentou a ocorrência de um grande erro judiciário calcado na “*conspiração das circunstâncias e na paixão dos sentimentos*”, retratando o drama íntimo amoroso sofrido pelo sexagenário desembargador, que não merecia ser levado às barras do tribunal, mas, sim, ao manicômio judiciário. O interessante estudo resultou em um livro escrito há mais de 70 anos “*O Caso Pontes Visgueiro, um Erro Judiciário*”, verdadeira obra clássica da história da justiça brasileira, que merece ser mais bem conhecida e lida pelos historiadores e operadores do Direito.

Humberto de Campos Veras (1886 - 1934), jornalista, político e escritor maranhense integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL), em trabalho de coletânea literária publicado pós morte, em 1935, denominado “*Destinos*”, transcorreu sobre o caso, pois carregava consigo as lembranças de que, quando criança, Pontes Visgueiro era fantasiado como “*bicho papão*”, sendo esta concepção predominante no imaginário popular, passada entre as gerações. Em uma bela e rica alocação literária, buscou a reabilitação perante a justiça e a recuperação perante a história do infeliz desembargador, arrematando: “*perdoemos Pontes Visgueiro e esperamos da misericórdia divina não encontrar Maria da Conceição (Mariquinhas) em nosso caminho...*”

Eis o acórdão que condenou Pontes Visgueiro

“Vistos, etc.

Atendendo a que por tais provas, e até pela confissão livre e espontânea do réu, está plenamente provado ter ele matado no dia 14 de agosto último a Maria da Conceição, pela forma articulada no libelo, às fls.;

Atendendo a que, entre o desígnio, formado pelo réu, de cometer o crime e o ato de cometê-lo mediaram mais de 24 horas, o que é evidente em face dos depoimentos e declarações de fls. e fls.;

Atendendo a que o réu, para vencer a repugnância e receio que Maria da Conceição mostrava de ir à sua casa, procedeu com fraude, empregando afagos e excitando-lhe o interesse por promessas falsas, como se vê de fls.;

Atendendo a que o réu havia superioridade de sexo, forças e armas, de maneira que a ofendida não podia repelir a ofensa;

Atendendo a que o réu foi impellido por motivo reprovado, considerada a natureza torpe de sua relações com Maria da Conceição;

Atendendo a que o delito foi cometido com surpresa, lançando-se o réu e seu cúmplice sobre Maria da Conceição, e ferindo-a o réu quando ela descuidosa entrava no quarto, onde lhe dissera o mesmo réu estarem os presentes que lhe prometera;

Atendendo, finalmente, a que pelos mesmos depoimentos e interrogatórios, está plenamente provado que entre o réu e a assassinada tinha deixado de existir a confiança mútua que naturalmente se presume entre dois entes, que se amam ou prezam, manifestando ela, aliás, medo e receio de que ele a quisesse ofender, em vingança de não lhe guardar fidelidade em suas relações ilícitas e conseqüentemente que não podia o réu abusar de uma confiança que já não existia;

Atendendo igualmente a que o convite feito a Guilhermino para dar uma surra em Maria da Conceição, sem nunca lhe revelar o desígnio de matá-la, não pode ser considerado ajuste para cometer este delito, nos termos do art. 16, § 17:

Julgam o réu incurso no art. 193 do Código Criminal e o condenam na pena de galés perpétuas, grau máximo, por concorrerem as circunstâncias agravantes mencionadas no art. 16, §§ 4º, 6º, 8º, 9º e 15, pena que será substituída pela prisão perpétua com trabalho, nos termos do art. 45, § 2º, do mesmo Código, por ser o réu maior de sessenta anos, e nas custas.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1874.

*Ministro Joaquim Marcelino de Brito, presidente
Ministros Simões da Silva, Marianni, Leão, Cerqueira,
Barbosa, Vilhares, Valdetaro, Couto e Costa Pinto.”*

Também Josué de Sousa Montello (1917-2006), jornalista, teatrólogo e escritor maranhense integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL) em seu romance *“Os Tambores de São Luís”*, publicado em 1975, em que retrata figuras históricas do Maranhão, narra a saga bárbara e terrível do colóquio amoroso do desembargador ensandecido pela desvairada jovem, que tentava fazer amante exclusiva, passando por ridículas e constrangedoras situações perante a sociedade local.

Luíza Nagib Eluf, em seu livro *“A Paixão no Banco dos Réus”*, publicado em 1ª edição em 2002, em que narra a história dos crimes passionais, analisa o caso Pontes Visgueiro e refuta a tese de que o desembargador estava completamente fora de seu juízo quando cometeu o hediondo crime. *“Os defensores da memória de Visgueiro procuram enaltecer o homem aparentemente honrado que ele foi, o que é compreensível. Mas não se pode chegar ao absurdo de perdoar seu crime bárbaro, pelo qual ele passou para a história. A alegação de insanidade nunca restou provada.”*



Narciso

José Fernandes Filho

Desembargador do TJMG, aposentado

Cabelos pintados, setenta e muitos, gestos e atitudes de adolescente. Carência de maturidade, riqueza em referências a si próprio. Conversa sem interlocutor, monólogo irritante, a inadmitir, sequer, modesta interjeição. Compulsivo, a autorreferência escorria-lhe da boca. Falava, repetia, insistia, renitia, uma nota só: a dialética do eu. Viagens? Muitas, pelo mundo inteiro. França, Inglaterra, Rússia, Índia, China; e Dubai, para ser moderno. Miseros mortais encontrados nas suas incontáveis andanças? Ensino, cultura e história neles! Cansara-se da Grécia, entediava-o o leste europeu. Portugal e Espanha, desinteressantes, nem falar. Na Faculdade, distinguido pelos mestres, a convidá-lo, promessa-realidade, prematuro integrante da sociedade de notáveis. Citava-lhes os nomes, proclamava intimidade; celebração de aniversários somente no fechado círculo de poucos amigos. De todos tinha a dizer, desde que, dizendo, dissesse de si.

Na infância, preferido da professora de visão, festejada educadora. Não fora aluno de uma qualquer, incapaz de descobrir-lhe as ricas potencialidades. Política? Grandes líderes, da província ou de nível nacional, todos a reconhecer-lhe antecipada vocação para a vida pública. Profissão? Poderia ter sido médico, engenheiro, advogado – a multifacetada inteligência o

qualificava para qualquer ofício. Colega dos maiores e mais respeitados profissionais da área, com os quais aprendeu, é verdade, mas a quem dera lições surpreendentes. Línguas? Dominava razoavelmente o inglês, com desenvoltura o francês e o italiano; o espanhol, café pequeno. Entendido em qualquer canto da terra, capaz de falar a marceiros, conhecedor de idioma universal, iniciação de poucos. Equitação? Garboso ginete, postura de campeão. Clubes sociais? A muitos salvou da ruína iminente. Associações de classe? Dirigente esclarecido, antecipador do futuro, retificador de rumos. Igrejas? Amigo de todos os sacerdotes, esperado frequentador das missas dominicais. Academias esportivas? Desempenho de atleta, idade desmentida pela musculação de dar inveja. Academias de Letras? Acima dos acidentes, desdenhava do fardão, aspiração de muitos.

Ele, somente ele, à frente do seu tempo, cobiçada referência para qualquer empreitada. De tanto se autolouvar, decorou temas e datas, prodigiosa memória, cérebro íntegro.

Paciência esgotada, alguém confidenciou: em meia hora de conversa (melhor, de monólogo), usou o pronome pessoal quinze vezes. Um a cada dois minutos – prodígio de gênio incompreendido. Omissos na referência a si – extrema raridade – estava ela, por eclipse, nas palavras dos circunstantes por ele nomeados. Enfim, somente ele, ou seus descendentes, realizados seres humanos, vencedores de desafios e obstáculos.

Só de vê-lo sentia-me cansado. Ouvi-lo, monólogo do eu, discurso da autorreferência, levar-me-ia à exaustão. Oferta, certa vez, de deixar-me em casa, após alguma solenidade. Dirigia muito bem, montado no carro do ano, capaz de permitir-lhe falar ao telefone sem uso de qualquer aparelho. Milagre da tecnologia, ou fruição, merecida, de colecionador de vitórias?

Incapaz de ver os outros (bastava-lhe o umbigo), inapto para a existência solidária, fechou-se em torre de papel, que ruiu ao sopro do vento.

A vida passa; chega a hora. Com seu criador, o eu também morre. Depois do depois, a lembrança esmaecida de quem viveu, mas não serviu. Serviu-se, a si e aos seus. Lambuzou-se de egoísmo e de autorreferência. Não teve serventia para os outros, míope pigmeu.

Pobre, a todos empobreceu.

“Incapaz de ver os outros (bastava-lhe o umbigo), inapto para a existência solidária, fechou-se em torre de papel, que ruiu ao sopro do vento.”



Ilustração: Andrea de Paula Xavier Vilela

Maria Helena Cardoso

A ventura de quem pela primeira vez percorre os caminhos do seu coração

Gutemberg da Mota e Silva
Desembargador do TJMG, aposentado

“**T**enho inveja, desde aqui, daqueles que entrarão pela primeira vez nesse mundo. Certamente sairão melhores, com mais esperança e leveza. Tenho inveja daqueles que terão pela primeira vez a emoção de encontrar estes cenários, de perder-se neste boletim clássico, de ouvir contar uma história de amor tão incomum. (...) Amor aqui é uma suprema delicadeza, um céu azul filtrando a vida em suas mais subterrâneas aspirações, é um abrir de braços, um tempo de alegria que promete a ressurreição.”

Assim escreveu o poeta Walmir Ayala no prefácio de *Por onde andou meu coração*, premiado livro de memórias que em 1967 inscreveu na história da literatura nacional, aos 64 anos, a escritora mineira Maria Helena Cardoso, Lelena (1903-1997), irmã de Lúcio Cardoso, autor do romance *Crônica da casa assassinada* e de outras obras de ficção e poesia e diário. Ayala diz que a história do livro começou numa tarde de 1960, quando passeavam no Jardim Botânico, Rio de Janeiro:

– Naquela tarde Maria Helena Cardoso, com sua inimitável alegria, contava coisas. Coisas de sua infância, as primeiras descobertas, os livros, a música, o mundo familiar povoado de mulheres místicas e heroicas e de homens aventureiros. As cidades iam-se recompondo diante dos meus olhos. Pirapora, Diamantina, Curvelo, Belo Horizonte, Minas Gerais de cinquenta anos atrás, surgindo por detrás daquela palpitação de vida, com toda a singeleza e o romantismo de um tempo de memória que soube preservar. Então eu lhe pedi:

– Por que é que você não escreve isso?

– Eu não sou escritora.

– Não precisa. É só escrever assim, como você conta.

Prometeu escrever, concluindo: ‘Só para os amigos, para preservar do nada tudo isto que amei e que não volta mais.’”

Adiante, ele afirma: “Com ela, com este livro, aprendemos a alegria de viver, o valor do instante que é perfeito, a sintonia com a vida, a qualidade de certas renúncias, o exemplo da maturidade sem mancha. Maria Helena Cardoso vive uma aura de fascínio como raras pessoas nesse mundo.”

Doce passeio pelo passado

Em *Toda saudade do mundo*, Estado de Minas de 24 de maio de 2003, quando ela faria 100 anos, sua sobrinha-neta Andréa

Vilela, doutora em literatura pela Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora da Escola de Belas Artes da UFMG e ilustradora deste texto, diz: “Nesse livro Maria Helena passeia docemente pelo passado permitindo ao leitor participar do cotidiano ali descrito. Além de um retrato de família, é também o retrato lírico de um tempo e, junto com a família simples de Curvelo, passeamos por Belo Horizonte, pelo sertão mineiro e pelo Rio de Janeiro que pertenceram à autora em tempos idos. Quem a lê não consegue deixar de se envolver com suas tristezas e alegrias. E com ela vemos a vida passar na pacata Curvelo do início do século XX, andamos pelas ruas perfumadas de magnólia de Belo Horizonte, vivemos a atmosfera do Rio de Janeiro de tempos idos.”

Em carta sem data à grande amiga Lelena, a romancista Maria Alice Barroso, Malice, afirma que teve “a felicidade de ser uma das primeiras a ler o seu livro”, com o qual aprendeu muito e, no final, diz pensar – “e com que inveja! – naqueles que vão ler ‘Por onde andou meu coração’ pela primeira vez.” (V. nota na bibliografia).

No ensaio *Para aplacar uma grande saudade*, originalmente tese de doutorado apresentada à Faculdade de Letras da UFMG, a professora Maria Inês Moraes Marreco observa que por meio da obra é “possível conhecer, dentre outros aspectos, além da vida familiar, o cotidiano de cidades do interior de Minas nas primeiras décadas do Século XX, as transformações do cenário econômico e social do país, o comportamento dos jovens, das instituições culturais, religiosas e políticas.”

Nascimento em Diamantina, infância em Curvelo

Também autora de *Vida-Vida*, *memórias*, e *Sonata perdida: anotações de uma velha dama digna*, romance, Maria Helena Cardoso nasceu em Diamantina, MG, em 24 de maio de 1903, filha de Joaquim Lúcio Cardoso e Maria Wenceslina Netto Cardoso, Nhanhá. O casal teve seis filhos: Regina (Zizina), Fausto, Maria Helena, Adauto (Dauto), Lourdes (Dida) e Lúcio Cardoso (Nonô). Com um ano, foi com a família para Curvelo, MG, terra dos parentes maternos.

Quando o pai dele morreu, Joaquim Lúcio, natural de Valença, RJ, teve de deixar a Escola de Minas no terceiro ano de engenharia, juntando-se depois ao grupo de engenheiros que trabalhavam na construção do ramal de Curvelo da Estrada de

“Visionário, aventureiro, nômade, infiel, ele sonhava a cada momento com novo meio de vida, acreditando que enriqueceria.”

Ferro Central do Brasil. Terminada a obra, casou-se com Regina, a moça mais bonita da cidade, a primeira pessoa a quem vira ao chegar, conta Maria Helena.

Cinco anos depois, Regina morreu tuberculosa. Ele recusou propostas de pais de moças ricas de Curvelo, os quais viam nele um bom partido. Preferiu se casar com Nhanhá, moça simples, amiga de infância de Regina, a quem assistira durante a moléstia e sabia que ela desejava a união deles quando morresse. Casaram-se, e logo viajaram para Pirapora, onde ele administrava grandes fazendas da fábrica de tecidos Cedro e Cachoeira. À primeira filha, deu o nome de Regina.

“...hoje rico, amanhã na maior pobreza”

A memorialista observa que, na época do casamento, o pai tinha a fama de rico, mas enfrentava dificuldades, “*dado o seu caráter aventureiro, ora aqui, ora acolá, hoje rico, amanhã na maior pobreza, sem o menor apego aos bens materiais.*” Os anos de casada da mãe “*foram longos anos de trabalho, pobreza, sacrifícios e lutas. Suportou as infidelidades do marido, que se manifestaram logo nos primeiros tempos, o quase abandono em que vivia, tudo por amor aos filhos, animada da esperança de vê-los crescer e se tornarem homens importantes, mulheres dignas.*”

Organizador dos *Diários*, de Lúcio Cardoso, Ézio Macedo Ribeiro afirma que Joaquim Lúcio, desbravador, saíra de Curvelo, no final do século XIX, “*para fundar, junto a choupanas miseráveis à beira do rio São Francisco, a cidade de Pirapora, dela fazendo paragem de navios-gaiola e entreposto comercial.*”

Visionário, aventureiro, nômade, infiel

Visionário, aventureiro, nômade, infiel, ele sonhava a cada momento com novo meio de vida, acreditando que enriqueceria: ora eram fazendas, todas improdutivas, como a de Várzea da Palma; ora a venda de gado, comprando-o para revendê-lo fora; ora fábrica de sabão em Curvelo.

Passava longos períodos fora de casa. Quando retornava, trazia dinheiro e presentes, para alegria sobretudo dos filhos. Mas logo ressurgiam os apertos financeiros. Nhanhá garantia a sobrevivência da família, ajudando as irmãs Tidoce e Dazinha nas costuras e nas aulas de costura, na casa de sua mãe, Siá Leopoldina, na Rua 13 de Maio, revezando-se semanalmente com a primeira na cozinha. A família morou afinal numa casa da Rua da Estação, melhor, comprada quando ele ganhou mais dinheiro como agrimensor.

Artífice silenciosa da saga dos Cardoso

“*No pequeno ambiente de Curvelo, relembra Maria Helena, todos a apreciavam como mulher inteligente, esposa modelo e mãe dedicada. Apaixonada pelo marido, suportava todas as suas infidelidades de homem bonito, nunca deixando de ser para ele a companheira intrépida de que tanto necessitava, devotando-lhe grande admiração.*” Contudo, a educação dos filhos passou a ser a sua razão de viver.

“*Aos filhos homens, pequenos ainda, procurava transmitir o amor à vida pública, a admiração pelos grandes vultos da História, pregando-lhes os seus exemplos, incitando-os a se dedicarem ao bem público através do caminho da política. Lia-lhes páginas de civismo, onde era exaltado o patriotismo. Além do curso primário, nenhuma instrução tinha tido, a não ser algumas aulas particulares de português, mas supria o que lhe faltava pela inteligência e pela leitura, pois não se cingia a um determinado assunto, mas a tudo que lhe interessava.*”

[O filho Adauto Lúcio Cardoso foi um dos signatários, em 1943, do *Manifesto dos Mineiros*, contra a ditadura Vargas; renunciou à Presidência da Câmara dos Deputados, em 1966, por discordar da cassação de seis deputados pelo Governo; e se aposentou em 1971, como Ministro do Supremo Tribunal Federal, por discordar da legitimação, pelos ministros, de censura à imprensa. Preso por assinar o manifesto, omitiu da mãe a notícia, para não a assustar. Ao saber, ela reagiu: – *Pelo contrário, estou até muito honrada por ter um filho preso por esse motivo. Pena é que Getúlio não me mande prender também*]. Na referida carta sem data a Helena, Malice diz que essa abnegada, firme e inteligente Nanhá “foi a artífice silenciosa da maravilhosa saga dos Cardoso.”

Como escrevemos quando dos seus 80 anos, destaca-se no livro “a biografia do protótipo de uma grande mulher, de uma heroína doméstica, desses milhões e milhões de mulheres anônimas que lutam contra a pobreza, os preconceitos, contra tudo, para bem criar os filhos: sua mãe Nanhá. Essa obra, já se disse, torna mais fácil a compreensão da tradicional família mineira.” (Maria Helena Cardoso aos 80 anos. *A fascinante viagem de um coração*. Suplemento Literário do Minas Gerais, 26 de junho de 1983).

O mundo encantado da cidade poeirenta

Situada no centro geográfico de Minas Gerais, “Portal do Sertão”, Curvelo era uma cidade poeirenta nos primeiros anos do século XX. Sua rua mais antiga, a Rua Nova da Grota, na qual Lúcio Cardoso nasceu em 1912, era na época “a única com calçamento”, afirma Ésio. Mas durante anos se destacou na cotonicultura, chamada de “terra do ouro branco”, e sua indústria de algodão ganhou prêmio em Turim, em 1911.

Vivendo dez anos em Curvelo, Maria Helena diz em *Vida-Vida* que “bem dentro da névoa da minha memória posso ver a menina que fui, magrinha, vestidinho estampado de chita, e casaco com dois tampos do lado, fingindo bolsos, botões forrados.” Com saudade, conta a vida familiar e flagrantes do cotidiano e de pessoas daquele mundo para ela encantado das casas da avó e dos pais, das ruas 13 de Maio, da Estação, da Cadeia e Direita, do Largo do Rosário e do Largo do Pau da Reforma, onde se armava o circo.

No *Suplemento*, assinalamos que a autora relembra com emoção as festas religiosas, uma a cada mês, afinal de contas, afirma, a igreja era o ponto de reunião de toda gente, tudo girava em torno dela. As atrações extras constituíam exceção – as sessões semanais do cinema, anunciadas através de estridente campainha e só iniciadas com a chegada das figuras mais importantes, cujas famílias tinham lugar reservado, ou as curtas temporadas de circos mambembes...”

Continuamos: “O leitor se transforma num membro da família, está dentro das casas em que ela morou”, vendo o trabalho da mãe, tias e avó na cozinha e na sala de costura para ajudar no sustento, acompanhando suas desditas e alegrias e as das inúmeras pessoas com quem se relacionavam ou de quem falavam. O leitor “penetra com ela nas casas humildes e mais ricas da cidade, a contemplar os móveis, as cadeiras de fechar, os pianos (raros), os baús, as arcas, os cabides, as mesas toscas, os guarda-louças, as estampas de santo e os retratos ovalados do casal pregados à parede, os fornos de barro, os caldeirões de ferro, os potes d’água, os utensílios mais modestos, como a caneca de folha-de-flandres da casa de sua avó, meio-afunilada, dentada nas

bordas, para impedir que se bebesse nela, servindo exclusivamente para tirar água dos potes.”

Dois famílias rivais

Curvelo se dividia em duas famílias: Vianna, à qual ela pertencia, e Mascarenhas. A menina convivia bem com a rivalidade entre elas. Sua curiosidade era maior: “traíu” a família ao comparecer com Zizina, disfarçadamente, à inauguração do cinema dos Mascarenhas, na Rua da Estação. “A separação na sociedade local era completa: na igreja, nas festas, em tudo. Os Vianna tinham o seu cinema: os Mascarenhas inauguravam um para eles; os Vianna frequentavam a Igreja Matriz, os Mascarenhas a Igreja velha de São Geraldo, dos Redentoristas. Às festas dos Mascarenhas, os Vianna e seus amigos não compareciam e vice-versa (...).”

Mariquinhas de Zezinho, Zezinho de Mariquinhas

Povoam suas histórias várias pessoas cujos nomes ou apelidos se ligavam ao de um parente, tal como ainda acontece nas pequenas cidades do interior: Maricota de Pedro Rates, Balbina do Capilé, Zulmira de Siô Juquinha, Lourdes de Niguito, Jovina de Zulmira, Nanhá de Siô Vitrão, Carmem do Padeiro, Siá Cota do Bilá, Milhinha de Jerônimo Besouro, Isabel de Catita, Maria de Terto, Cotinha de Primainês, Mariquinhas de Zezinho, Zezinho de Mariquinhas.

Admirava a destreza para beber dos roceiros que iam à cidade vender suas mercadorias e, na volta, paravam à porta da venda de Siô Vitrão, para conversar, fumar, tomar um traguinho de cachaça: “Engoliam de uma só vez o conteúdo de um copinho que Siô Vitrão lhes servia, a cabeça levemente inclinada para trás. Um gesto rápido da mão, levando o copo à boca, e o líquido corria-lhes rápido pela garganta. Dando um estalo com a língua, pousavam de novo o copinho sobre o balcão, limpando depois a boca com as costas da mão.”

“O leitor se transforma num membro da família, está dentro das casas em que ela morou.”

Menina abelhuda

Prestava atenção nas conversas de adultos. Certa vez, buscando detalhes de um homicídio, sonegados pela avó, foi sorrateiramente assuntar no chafariz, nos fundos da sua casa. Ali, as mulheres que buscavam água, enquanto enchiam suas latas ou potes de barro, bisbilhotavam, contavam casos de amor, brigas de casa, doenças, festas da igreja. Vendo-a, a cozinheira, Carmelita, exclamou:

– *Menina abelhuda, qui'stá fazendo aqui? Vou contar pra sua mãe que está ouvindo conversa de gente grande. E mandou-a entrar.*

"Não respondi nada, contentando-me em estirar a língua pra ela e embarafustei pelo portão adentro, antes que me agarrasse."

Dia de fazer quitanda

"Dia de quitanda na casa de vovó era um dia importante para nós." No forno de barro, ao lado do fogão, com Carmelita, sua mãe, ótima cozinheira, numa semana "fazia fatias, noutra, broas de fubá, noutra, biscoitinhos de cerveja, que eu adorava (...)." Nesses dias, ela e os irmãos acompanhavam de perto a feitura. "Com os olhos arregalados pela gulodice, 'aguando', disputávamos uma prova, nunca nos dando por satisfeitos. Me dê, Carmelita, só um pedacinho." Ela negava, dizendo que quitanda quente fazia mal.

"No meio da confusão, algum de nós, aproveitando-se, metia a mão no tabuleiro e saía correndo. Carmelita aí desandava, aos berros: – Nhanhá, venha ver Dauto, furtou quitanda quente e correu. Saia daqui, gente." A mãe veio, "mas o ladrão já tinha escapulado, achando-se fora de seu alcance, nas grimpas de uma das goiabeiras, onde acabava, descansado, de comer o furto." Havia um abacateiro muito alto, "cujos galhos serviam de recurso a Dauto, quando se sentia ameaçado por alguma surra de mamãe." [Já em BH, Dauto levou surra de "gloriosa memória", como dizia Nhanhá, quando descobriu que ele acordava cedo para dela esconder o Minas Gerais, que trazia a lista dos alunos faltosos, caso dele.]

“Com os olhos arregalados pela gulodice, ‘aguando’, disputávamos uma prova, nunca nos dando por satisfeitos.”

Leitura supria carências

A despeito da pobreza e de se considerar feia, de sofrer ao ser chamada de magricela, lambisgoia, por causa da magreza, ela diz que era *"uma menina feliz"*, pois supria as carências lendo intensamente. Confessa que, desde cedo, tinha pela beleza *"verdadeira fascinação. Na escola, gostava das meninas que achava bonitas e o meu entusiasmo por Zizina se devia, em parte, a esse fato."* [Quando morava em BH, para agradecer a bonita professora de francês, estudou a língua, leu romances em francês, destacando-se tanto que ela a designou orientadora de classe menos adiantada. Além disso, Babita, prima da sua avó, incumbiu-a de escrever em francês cartas à correspondente dela, Babita, na França.]

Quanto a si, em relação à beleza, escreveu: *"Percebendo muito cedo que a Natureza não tinha sido pródiga para comigo em dotes físicos, desenvolvi em mim tendências que compensavam essa falta. Gostava de ler e me entreguei desesperadamente à leitura, dispondo para a minha idade de uma cultura bem superior à que possuíam as minhas companheiras. (...) Não me amargurava o fato de ser feia, de não fazer sucesso entre os rapazes. Tinha uma vida minha e um mundo que me dava muito."*

Os amados trens de ferro

Costumava passear e brincar na linha férrea, que era recente, pois a estação da E.F.C.B., hoje Centro Cultural, fora inaugurada em 1905. Gostava de trens, sonhava partir num deles, quando crescesse: *“Os trens de ferro da minha infância, como gostaria de tomá-los um dia, de volta de onde parti, de volta às paisagens que foram minhas e que morreram com os que amei.”* [Lúcio Cardoso também os amava, diz no diário: *“Não creio ter amado nada mais neste mundo do que os trens (...) Os trens que passam, fogem, precipitam-se, e esvaziam-se na escuridão da noite”* parecem *“máquinas cegas do destino, tão pesadas resfolegam ao longo dos trilhos – e que são imagens da nossa condição de prisioneiros...”*]

Quando Zizina concluiu o primário, o pai decidiu a mudança para a capital, pois Curvelo não tinha curso secundário. Nhanhá temia que lhes faltassem meios para viver em BH e tivessem de voltar, como a alertavam curvelanos. Suprema humilhação. Mas ela sabia que os filhos teriam formação mais adequada do que naquele *“ambiente acanhado”*. Partir era escolher entre eles e o marido, então em Pirapora, mais longe. Teria de deixá-lo para trás. Amava-o, mas já não tinha a ilusão de que mudasse seu estilo de vida.

Em tese sobre a obra de Lúcio Cardoso, Andréa Vilela compara: Se o pai *“representa o espírito aventureiro, a embrenhar-se nos sertões e arriscar tudo em busca dos sonhos, a mãe é a própria terra. Dona Nhanhá personifica Minas. É ela a mãe-terra, a casa, o pouso. É a própria Minas Gerais no seio da família, lembrando a todos de que barro foram feitos. Essa lembrança nascente se manifestava no seu jeito sertanejo, nos seus termos peculiares, no seu sotaque, sua culinária, seus hábitos cotidianos e religiosos (...)”* (Lúcio Cardoso – *O traçado de uma vida*).

Destino do trem: Belo Horizonte

Viajaram em dezembro de 1914, de trem: Nhanhá, os seis filhos (Lúcio, no colo) e Tidoce. No trajeto para a Rua Rio de Janeiro, a menina de 11 anos olhava admirada os carros e carroças na Avenida Afonso Pena, arborizada, calçada, gente apressada, bem vestida, andando nos passeios – descreve: *“Pensei em Curvelo, onde o silêncio àquela hora era apenas perturbado pelo chiado dos carros de boi, na poeira fina que cobria as ruas como um tapete fofo e vermelho (...) Estava longe. Agora íamos morar numa cidade limpa e bonita, cheia de árvores frondosas ...”*

Mudaram-se pouco tempo depois para a hoje demolida casa da Rua Paraíba, 214, perto da Escola Normal [agora Instituto de Educação] e da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, ali ficando até irem para o Rio, em 1923. [Em 1957, Lúcio registraria no diário: *“Sonhei esta noite, de modo lancinante, com a casa de Belo Horizonte, onde decorreu parte de minha infância.”* Em outro, busca *“apanhar uma pedra, uma lembrança qualquer nos escombros da casa que foi minha em Belo Horizonte.”*] [Lelena relata em *Vida-Vida* que se achava na estante do seu quarto *“o ladrilho emoldurado que em outros tempos fez parte do chão da cozinha da Rua Paraíba, 214.”*] Adiante, registra Lúcio: *“Feliz foi Proust, que pôde a vida inteira viver, e ainda morrer no mesmo quarto.”*]

A fonte de renda na capital continuou a ser basicamente a costura, nas altas mesas de trabalho trazidas de Curvelo. Zizina e Lelena, inconsequentes, aproveitaram esporádicos recursos e a prodigalidade do pai, num dos seus retornos, e mobiliaram a

“Os trens de ferro da minha infância, como gostaria de tomá-los um dia, de volta de onde parti, de volta às paisagens que foram minhas e que morreram com os que amei.”

casa, comprando muita coisa, até um piano preto de segunda mão [compositor e pianista, em Curvelo seu pai às vezes tocava piano na casa do juiz de Direito] e peças inúteis, para desespero da mãe, inesquecida do sombrio vaticínio da volta a Curvelo. Rebatia: se podiam, deveriam comprar; no futuro, sendo o caso, veriam o que fazer.

A bonança passava. *“Se o nosso passadio não era bom, variando com a frequência das visitas de papai, pior ainda a situação em matéria de roupas. O inverno em Belo Horizonte era rigoroso e passávamos praticamente sem agasalhos suficientes. Em manhãs de frio, nevoeiro cerrado, frequentava as aulas de vestido leve, trazendo no máximo um velho paletó de malha. Saía às sete e trinta da manhã, sem enxergar nada diante do nariz, tamanha a cerração, tiritando de frio, mas não faltava nunca às aulas. À frente dessa pontualidade, desse entusiasmo, dessa esperança e coragem, estava sempre ela, com seu amor, sua vaidade, nos animando, nos dando conselhos, estimulando o amor-próprio de cada um, quando o sentia desanimado.”*

Maria Helena observa ainda que a mãe não descansou *“nem na velhice: trabalhou até quase às vésperas da morte, a fim de manter o equilíbrio doméstico.”* Levantava-se de madrugada, para comprar mais barato nas feiras. Em casa, passava, cozinhava, remendava as poucas roupas dos filhos, muitas vezes lavando e enxugando a ferro, à noite, *“a única camisa que os rapazes possuíam, para que não perdessem a aula no dia seguinte.”*

Para ler romances, fingia estudar

Para fugir à vigilância da mãe, chegava a esconder romance dentro de livro didático, fingindo estudar. *“Refugiava-me num dos quartos do quintal, depósito de objetos quebrados e madeiras velhas. Assentada sobre pilhas de traves empoeiradas, entrelaçadas de teias de aranha, desaparecia da casa por horas seguidas, entregue ao prazer da leitura. Fingia sair e me metia dentro dele, porta fechada a chave, meio escuro, janela com apenas uma banda aberta, só aparecendo no interior da casa na hora do jantar. Se mamãe me perguntava onde estava, não me faltavam desculpas prontas. – Tava na casa de Sinhá.”* [Vizinha que lhe franqueava suas bonecas de luxo, em contraste com as “monas” que ela fazia com cabelos de linha preta e trapos da costura.]

Toma-lá-dá-cá para obter livros

Apelava para o toma-lá-dá-cá, a troca de favores, para obter romances, de preferência policiais. Pedia um livro ao tio Oscar Netto para, em contrapartida, levá-lo a visitar sua amada, colega dela, moradora da Lagoinha. Tomavam o bonde e, no Bar do Ponto, Oscar subia. Na volta, ainda no bonde, ela cobrava: *“– Quero o meu livro amanhã sem falta. E se, embevecido com a lembrança da visita, não me respondia logo, acrescentava: – Se não me pagar amanhã, não vou mais.”*

“Como pau-de-cabeleira [alcoviteira] consegui arranjar uma grande parte dos livros que desejava”, como *Os três mosqueteiros* e *A filha do diretor do circo*. *“As paixões dos meus parentes eram um filão muito rico e profundo.”* Era a vez de Fausto, apaixonado por sua amiga Ana. Muito tímido, vivia lhe prometendo presentes *“para que eu a convidasse para a nossa casa”*. Fazia-se *“de rogada, até que ele se definisse, quanto ao presente. Se era um*

“Bem em frente às janelas do salão erguia-se uma árvore frondosa, para baixo da qual trazíamos cadeiras à tardinha, após o jantar.”

romance, pronto, estava tudo feito.” Convidava-a para jantar. Depois, no salão, tocava piano para o casal dançar.

Provinciana como a capital, a família não abandonou o costume dos curvelanos de se sentarem na calçada para *“a fresca”* da tarde, conversar, receber visitas, cumprimentar os passantes, criticá-los: *“Bem em frente às janelas do salão erguia-se uma árvore frondosa, para baixo da qual trazíamos cadeiras à tardinha, após o jantar, ficando de conversa ali muitas vezes até o cair da noite.”* [No interior das casas de Curvelo, recolhidas as cadeiras, bancos, tamboretas, os moradores *“preparavam as lamparinas e lampiões de querosene para a noite que chegava.”*].

Pai não compareceu ao casamento da filha

Zizina ia se casar. Estando fora, o pai mandou pintar a casa de BH para o casamento e, para a festa, em casa mesmo, enviou da fazenda, em Várzea da Palma, galinhas, patos, perus, leitões, mas não compareceu, alegando que enchente bloqueara o rio São Francisco. Decepção. Pensariam: *“Que pessoa esquisita. Nunca assistia a nenhum ato importante em casa. Não vira um só filho nascer ou batizar e numa ocasião passou tanto tempo fora que, quando voltou, a filha, nascida na sua ausência, já contava dois anos de idade.”*

Como Zizina pouco antes, Lelena também se formou em Farmácia, mas nunca exerceu a profissão. Ata do acervo do Centro de Memória da Medicina – UFMG (Cememor) consigna que, em 14 de janeiro de 1922, presente o diretor, Dr. Eduardo Borges da Costa, a Faculdade de Medicina [da hoje UFMG] concedeu o grau farmacêutico a *“Helena Cardoso”*, por ter concluído o curso de Farmácia em 1921 e ser *“aprovada com distinção em clínica bromatológica e toxicológica e farmacologia (2ª. parte) e plenamente em Higiene.”*

Destino do trem: Rio de Janeiro

Na eterna luta pela subsistência, a família se mudou para o Rio na Quarta-feira Santa de 1923. Na véspera, ela lançou um “*olhar de despedida*” para tudo o que deixaria: “*a casa que me vira passar de menina a moça, os poucos móveis que restavam, a varanda dos fundos, local preferido para meus estudos, a árvore copada em frente à janela do salão, à sombra da qual nos reuníamos algumas tardes, o muro da Escola Normal (...). Mas não foi uma despedida melancólica, não. Jovem e cheia de esperanças, a mudança era a aventura mais fascinante que poderia me acontecer.*” O trem partiu. Da janela “*acenava com o lenço para a amiga que ficara. Quanta esperança levava no coração.*”

Primeiros tempos “horrríveis”

“*Os primeiros tempos do Rio foram horrríveis. Tínhamos deixado uma casa ampla em Belo Horizonte, num dos melhores bairros, mobília boa, relações de amizade ótimas. Nossa mudança tinha sido uma das muitas loucuras de papai: apertado pelos bancos*”, começou a escrever à mulher se queixando da situação. O débito crescia. Deviam buscar novas oportunidades. Arrependeu-se, mas ninguém desistiu.

Foram morar na Rua Conselheiro Costa Pereira, na Aldeia Campista. A casa ficava atrás de uma fábrica de tecidos e de um riacho imundo. Sob o papel de parede, baratas e percevejos. Por falta de mobília [a de BH fora vendida], dormiram durante seis meses em colchões no chão. Em 1956, Lúcio anotou no diário: “*... Aldeia Campista, para onde fomos assim que pisamos o Rio de Janeiro. (...) O nome era bonito. O lugar era sujo e triste. Defronte da nossa casa, um pequeno córrego imundo, que mais tarde vi cantando com ternura numa das mais belas páginas do Marques Rebelo: o Trapicheiro.*”

“Era pouco... mas conseguíamos não morrer de fome”

Na sala de jantar, “*apenas uma mesa tosca e quatro cadeiras ordinárias.*” Os parentes fluminenses do pai, muito diferentes deles, “*não contribuíram menos para nosso desencanto.*” Além disso, sentiam saudade dos amigos e de tudo o que haviam

deixado em Minas. [Lúcio voltaria a BH em 1924, para estudar no internato do Colégio Arnaldo até 1929]. O pai, ainda em Pirapora, enfrentava “*a maior crise.*” Dauto arranhou emprego modesto, na Lloyd Brasileiro, ganhando 200\$000 réis mensais: “*Era pouco, mas reunido ao pouco que papai nos mandava de vez em quando, conseguíamos não morrer de fome.*”

Mudaram-se para a Rua Visconde de Figueiredo, “*cheia de residências de famílias.*” Em pouco tempo, Maria Helena fez várias amigas, alguns frutos do gosto comum pela leitura e/ou música erudita. Ela virou sócia da Cultura Artística, “*não perdia um só concerto.*” Havia festinhas em casa. “*Por maior que fosse a nossa pobreza, éramos felizes.*”

Crise financeira os separou por algum tempo. Lelena e Dauto foram morar na Rua Visconde de Pirajá, Nhandá e Lourdes em Viçosa, MG, na casa de Zizina. A família também morou na Rua Francisco Sá. A partir de maio de 1927, na Av. Copacabana. [Dauto se formou em Direito em 1927. Formado em Medicina, Fausto fundou e dirigiu o Hospital Samaritano. Lelena trabalhou como secretária n’A *Equitativa*, fundada por Oscar Netto, no escritório do Samaritano e no Grupo Atlântica de Seguros, aposentando-se em 1967].

Amor alemão

Na década de 1930, a família se fixou na Rua Alberto de Campos, 238, apto. 2, térreo, Ipanema, a princípio alugado, depois comprado por um familiar. Frequentavam-no, nos fins de semana, intelectuais amigos comuns de Lúcio e de Lelena. Conversavam, discutiam livros, arte, bebiam, ouviam música clássica, sua grande paixão: “*O dia em que perder tudo não terei perdido nada se não perder a minha sensibilidade para ouvir música,*” diz em *Vida-Vida*. Nos últimos anos, aos domingos, um grupo ficava na sala de música; outro, no ateliê de Lúcio, que passara a pintar com a mão esquerda depois de sofrer em 1962 o derrame que o deixara afásico (sem fala) e hemiplégico do lado direito e o levava a se mudar para o apartamento da irmã, ali ficando até falecer, em 24 de setembro de 1968.

Maria Helena, que, como Lúcio, não se casou [Enciumada, a mãe via defeito em eventual pretendente], vivia cercada de amigos – homens, e mulheres, alguns deles e algumas delas bem mais novos. Cinquentenária, saía com eles para beber chope, gostava do Bar da Lagoa. Se demorava demais, a mãe a procurava nos bares, perguntando pela “*libertina.*” Mas sua amizade mais profunda – plena de música, flores, passeios, delicadezas – foi a mantida com o poeta Vito Pentagna, amigo de Lúcio. Ao fazer 60 anos, escreveu dizendo não sentir a idade: “*Continuo tendo quinze como quando entrei para a escola de Farmácia, magrinha, os cabelos compridos, amarrados atrás com um laço de fita chamalote.*”

Apesar da oposição da mãe, namorou durante quase 10 anos com Hans, alemão a quem conhecera num carnaval. Somente um ano depois ele a beijou. Resumia-se o namoro praticamente a passeios, à audição de música, a idas à praia e ao cinema. Apesar da diferença racial e cultural, Hans foi o grande (e decepcionante) amor de Lelena.

Os irmãos consignam em suas obras a morte das tias e tios, de Vito e de outras pessoas amadas. O pai morreu em 8 de setembro de 1938, sonhando ser fazendeiro. Com arteriosclerose, sem nada mais entender, Nhandá morreu em 29 de junho de 1958, enquanto, com bombas e foguetes, comemorava-se a

“Nossa mudança
tinha sido uma das
muitas loucuras de
papai.”

“Faz muito tempo morreram quase todos os de que falo aqui. Todos que amei, que viveram comigo a minha infância, que me viram crescer, passar de menina a moça e de moça ao que sou agora.”

conquista da Copa do Mundo: “*Ai, meu Deus, escreveu ela, morreu num dia de festa,*” às 10 da noite, a casa cheia de gente, com todos os filhos. Foi velada na sala.

A esperança do reencontro

No fim de *Por onde andou meu coração*, manifesta a esperança de reencontrar depois todos os que amou:

“Faz muito tempo morreram quase todos os de que falo aqui. Todos que amei, que viveram comigo a minha infância, que me viram crescer, passar de menina a moça e de moça ao que sou agora. Morreram e com eles uma parte de mim mesma também morreu. Muitas vezes, à noite, quando volto sozinha para casa, e percorro aqueles aposentos vazios onde ninguém me espera mais, pergunto: terão existido mesmo ou foi apenas um sonho? Pela madrugada julgo ainda ouvir, no cimento da estrada, passos cautelosos para não me despertarem, passos a caminho da primeira missa da manhã; ou o som de vozes conhecidas que conversam à hora do café. Quem sabe aplacarei ainda esta grande saudade que não me larga, encontrando depois os que amei e que partiram antes de mim. É a minha esperança. Mas, se tudo não for, então a Vida é somente viver. E morrer, que é tudo, não é nada.”

A imensa saudade da casa

Neta de Zizina, Andréa Vilela, no artigo “*No fim, o que fica é o sangue*” (em Lúcio Cardoso – *A travessia da escrita*), afirma que ainda traz consigo “*cada canto daquela casa que tanto significou*” em sua vida e que era tão impregnada da presença de Helena, sua guardiã dedicada “*enquanto não se ausentou da realidade.*” Acrescenta que em tudo a presença de Lúcio permaneceu viva, como nas imagens de santos, “*no quarto que foi o seu, cuidadosamente preservado tal qual foi deixado, nos quadros que ocupavam as paredes até o teto*”, grande parte pintada por ele. Diz ter convivido com Helena, “*a quem eu muito amei. Ela teve grande importância na formação dessa que sou hoje*”. Melancólica, Andréa conclui:

“Na última vez [em] que pisei naquele apartamento, fui invadida por uma enorme tristeza. Há muito que Helena não reconhecia ninguém. A casa, antes decorada com simplicidade e bom gosto, estava desnuda e abandonada. Não havia mais santos, poucos livros e quadros nas paredes. A sala de música, antigamente sempre tomada pelas melodias de Mozart, Schubert, Schumann, Brahms, Haydn, Beethoven, Mendelssohn e tantos outros, agora estava muda. Percebi que o fim estava próximo. Tive uma imensa saudade do que fora aquela casa. Ali, dentro de seus aposentos, sabia estar de pé sobre as ruínas do que eu não mais poderia tocar. Restava ali a presença de Dida, que lutava para dar um pouco de dignidade àquele lugar, enquanto o que sobrara de Helena ali vivesse. Foi ela quem sentenciou e suas palavras me feriram com a cruza da verdade: ‘Estamos aqui vivendo em uma Casa Assassinada.’ Pouco tempo depois morreu Helena e com ela o que restava daquela casa.”

Sobrevivente de um câncer quando sexagenária, vencido mediante cirurgia, Helena faleceu em sua casa em 14 de março de 1997, com 93 anos e dez meses, sendo sepultada no São João Batista.

Vida-Vida, Sonata perdida e um inédito

Apaixonada por Lúcio, Clarice Lispector, em crônica de junho de 1973 no *Jornal do Brasil*, afirma que Maria Helena, que “sofreu com Lúcio e por isso mesmo mais o amou” e era “uma escritora fina”, deveria escrever sobre ele, contando seus anseios, alegrias, angústias profundas, sua luta com Deus. Foi atendida: *Vida-Vida* (memórias), diário sem datas, saiu em novembro de 1973. Trata do convívio com ele, sobretudo depois do derrame, dos seus cuidados com o irmão, que pintava com a esquerda, mas nada escrevia, do sofrimento dela, do medo de perdê-lo e de que nunca mais pudesse escrever os inúmeros romances imaginados (não pôde).

Completa sua obra *Sonata perdida. Anotações de uma velha dama digna*, de 1979. É romance, mas baseado nas suas memórias. Deixou inédito, acabado, outro livro de memórias. Os originais estão na Casa de Rui Barbosa. Andréa possui cópias dele e a versão datilografada, recebida de Malice. Suposto título: *Reflexões de uma velha dama digna*.

O título era O que eu amei

O *Correio da Manhã* noticia em 19 de agosto de 1964 que em breve seriam entregues a editora do Rio “os originais de um livro de memórias que, na opinião dos que já o leram, revelará uma escritora de muito boa categoria em nosso panorama atual. Trata-se de *O que eu amei*.” Adianta a explicação da autora: “Não sou escritora. Meu livro nada mais pretende que entregar aos amigos que amo a geografia de um tempo de felicidade e revelação. Escrevi por isso. É também para recordar o longo itinerário da minha vida, marcada por uma intensa alegria. Dei o título *O que eu amei*. Acho que isto explica tudo.”

Concluído aos 60 anos, em 1963, saiu somente em maio de 1967, mas em 4 de outubro de 1964 - vê-se no *Jornal do Brasil* do dia - o título já mudou: “Já está com José Olympio Editora o livro de Maria Helena Cardoso, *Por onde andou meu coração*.” O título vem de verso de Clarice Lispector. Entre os quatro mais vendidos, esgotou-se no mesmo ano. Instituições religiosas o recomendaram como “um grande exemplo de juventude eterna”, segundo Maria Inês. Prêmios: *Fernando Chinaglia* de 1967, da União Brasileira de Escritores, e *Jabutí* de 1968 (“autor revelação”).

“Um livro que não está escrito, está vivido”

Carlos Drummond de Andrade: “Como foi que você conseguiu isso: fazer um livro que não está escrito, está vivido...? O ar que respira nele é um ar do passado, sem mofo. Por milagre, as pessoas, as situações voltam ou continuam a ser, em sua feição de cada época. Infância, mocidade e madureza, cada uma com seu matiz próprio, sua ótica, seu entendimento do mundo concluído em lição de alegria. (...) Nada de sociologismo no que escreveu, e contudo o seu livro revela mais e melhor a condição de mulher brasileira nessa primeira metade do século do que vários compêndios especializados. (...) Sai da leitura de suas memórias com o espírito lavado. (A Maria Helena, A Tarde, 22 de julho de 1967).

Otto Lara Resende: “Por onde andou meu coração resultou num sucesso de livraria e vai certamente incorporar-se à nossa literatura confessional como peça importante de um gênero imperecível. Pouco importa que a autora não se reconheça como escritora. Há nestas 458 páginas uma riqueza de que só as genuínas obras de arte são dotadas. (...) Pretendendo quem sabe apenas recriar, *Por onde andou meu coração* é de fato criação: poesia.” (*Os caminhos do coração*, *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1967).

OBRAS CONSULTADAS

De Maria Helena Cardoso:

- *Por onde andou meu coração (memórias)*, 1ª. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- *Por onde andou meu coração (memórias)*, 3ª. ed., Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.
- *Por onde andou meu coração (memórias)*, 4ª. ed., 1ª. da 7 Civilização Brasileira: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- *Por onde andou meu coração (memórias)*, 4ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira - Brasília: INL, 1984.
- *Vida-Vida*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, em convênio com o Instituto Nacional do Livro (MEC), Brasília, 1973.
- *Sonata perdida. Anotações de uma velha dama digna*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

Outras

- *Diários* – Lúcio Cardoso. Editados por Écio Machado Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- *Para aplacar uma grande saudade. A obra de Maria Helena Cardoso*. Maria Inês Moraes Marreco, Belo Horizonte: Editora Idea, 2015.
- *No fim, o que fica é o sangue*, Andréa Vilela, em *Lúcio Cardoso – A travessia da escrita*, organizado por Ruth Silviano Brandão, Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- *Lúcio Cardoso – O traçado de uma vida*, Andréa Vilela. Tese apresentada à Faculdade de Letras da UFMG, agosto/2007. (www.livros01.livrosgratis.com.br/cp071568.pdf, consultada em 24 de maio de 2018);
- *Toda saudade do mundo*. Andréa Vilela. Belo Horizonte: Estado de Minas, 24 de maio de 2003.
- *Maria Helena Cardoso aos 80 anos. A fascinante viagem de um coração*. Gutemberg da Mota e Silva. *Suplemento Literário do Minas Gerais*, nº 877, 23 de julho de 1983.
- **Nota:** A carta sem data, os artigos e as notícias citados no texto estão na Casa de Rui Barbosa e constam do CD que integra a tese de Maria Inês Moraes Marreco, *Para aplacar uma grande saudade: estudo da obra memorialística de Maria Helena Cardoso*, apresentada à UFMG em 2014; (www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/).

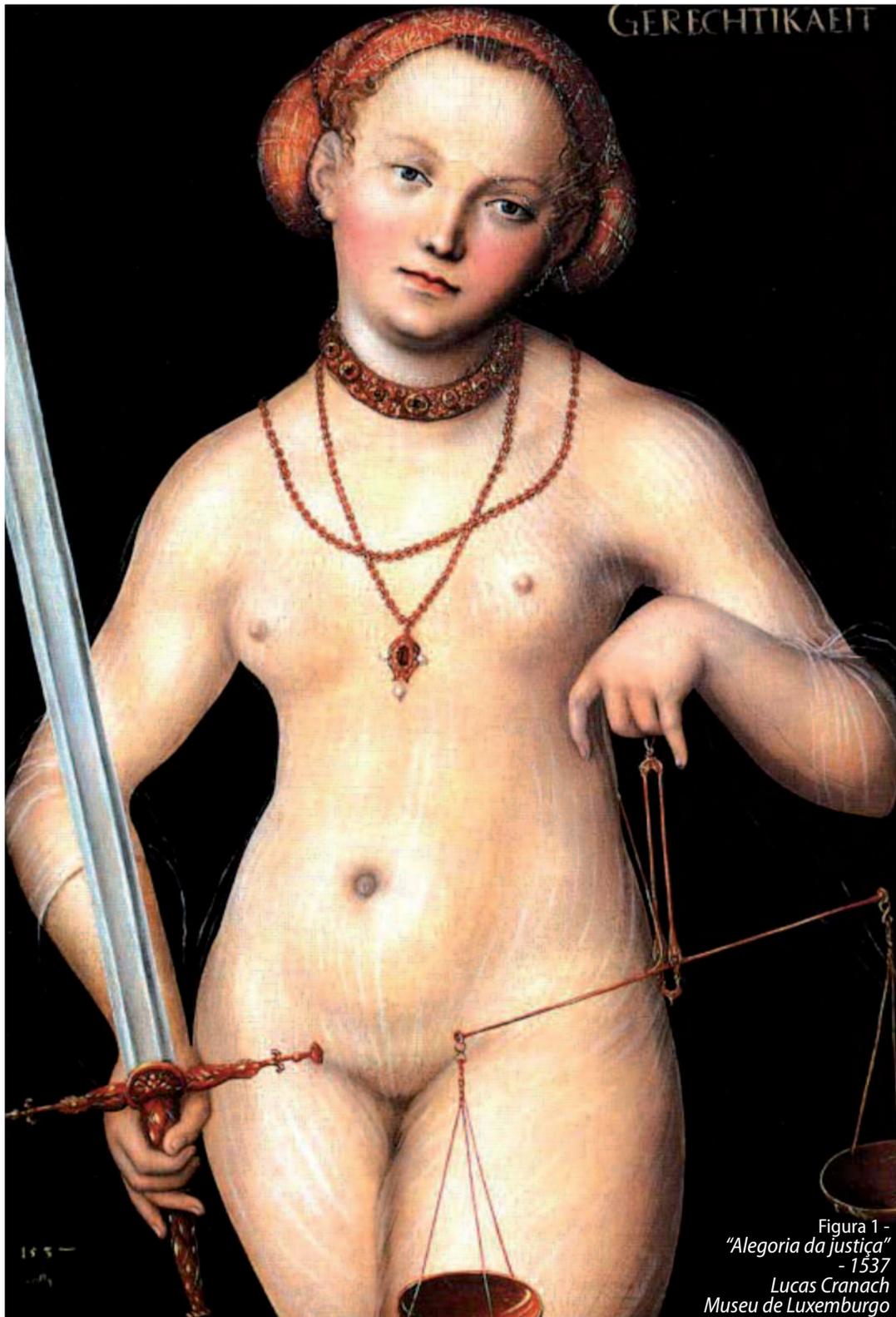


Figura 1 -
"Alegoria da justiça"
- 1537
Lucas Cranach
Museu de Luxemburgo

Iconografia da Justiça através dos tempos

Marcelo Piragibe

Juiz de Direito em Juiz de Fora

A iconografia (do grego “*eycon*”, imagem, e “*graphia*”, descrição, escrita) é um tipo de linguagem visual que utiliza imagens como forma de representação de determinado tema. Como se costuma dizer, “*uma imagem vale mais do que mil palavras*” e, muito mais do que as palavras, as imagens são capazes de apreender significados sem, contudo, aprisioná-los na maior rigidez do vernáculo. E carregarem consigo as marcas da atemporalidade e universalidade.

Tivemos a oportunidade de nos aprofundarmos um pouco sobre este estudo raro e pouco difundido nos meios acadêmicos de Direito, que busca compreender a Justiça – na acepção mais ampla possível – através de suas imagens. Pesquisamos pinturas dos mais consagrados artistas da Humanidade que se encontram expostas nos principais museus do mundo. Imagens de mais de quatro milênios, que aproveitamos para tecer pequena resenha e amostra para esta edição da *MagisCultura*.

A alegoria da *Deusa da Justiça* vem sendo apresentada pela figura feminina, exposta de forma altiva, algumas vezes desnuda, como nos quadros de Lucas Cranach (Figura 1), Giorgio Vasari (Figura 2), Salvador Dali, (Figura 3) mas sempre de maneira harmônica artisticamente, transparecendo um misto de pureza e suavidade com segurança, poder e imparcialidade (Figura 1).

Da *Deusa Maet* ou *Maat*, retratada no Antigo Egito, três mil anos antes de Cristo – cuja figuração mais importante se encontra exposta no Museu do Louvre, na parte superior da estela constando as inscrições do Código de Hamurabi (Figura 4) –, passando por Dike, da Grécia Antiga, e em Roma Antiga, apelidada de *Iustitia*, até os dias atuais, percorre-se fascinante história desta personagem que simboliza não somente um ideal de Justiça a ser alcançado, mas uma qualidade intrínseca obrigatória do julgador.

Alguns estudiosos costumam afirmar que quando sentada normalmente significa que a *Deusa da Justiça* está julgando, exercendo o *ius dicere*. Desta posição de autoridade maior, da mesma raiz etimológica de *magister*, adveio a palavra magistrado. Na era cristã, consagrou-se como ícone de virtude, juntamente com a prudência, a temperança e a fortaleza. Esta última significando a firmeza nas dificuldades e a constância na procura do bem. A Justiça foi considerada a mais importante destas quatro virtudes cardeais e por vezes são retratadas juntas. Merece citar, dentre muitas obras, o afresco de Rafael no Vaticano (Figura 5).

Como Deusa, mito, valor ou virtude, encontra-se ainda fartamente difundida em imagens nos gabinetes dos operadores do Direito, nos museus e em praticamente todos os tribunais de cultura ocidental.

Estudando os símbolos mais variados, como animais, serpentes, leões, anjos e demônios, espadas, livros, dentre outros, pode-se extrair muitas leituras interessantes, importantes e curiosas.

A *Avestruz*, por exemplo, cujas penas e atributos vêm sendo reiteradamente agregados ao ícone da Justiça, talvez seja um dos mais marcantes símbolos relacionados ao ofício de julgar. A explicação advém da peculiaridade de ser um animal de plumas retas, do mesmo tamanho e, por isso, tidas como símbolo de igualdade; mas também pelo fato de a avestruz ser o único animal que digere as coisas mais duras, até mesmo pedra, servindo como paradigma metafórico para o magistrado no seu mister, pois as demandas que vêm a julgamento por mais complicadas que possam parecer não devem ficar sem a devida investigação. Assim como a avestruz que digere até ferro, os magistrados em seu ofício são obrigados a julgar pacientemente todos os litígios, por mais duros, penosos e difíceis que sejam.

A origem deste símbolo surge juntamente com a deusa *Maat*, Deusa da Justiça no antigo Egito, e é representada por uma mulher jovem exibindo na cabeça uma pluma de avestruz (Figura 6 - Deusa Maat). Com a pena da verdade ela pesava as almas de todos que chegassem ao Salão de Julgamento subterrâneo. Colocava a pluma de avestruz na balança e no prato oposto o coração do falecido. Se os pratos ficassem em equilíbrio, era julgado inocente; se o coração fosse mais pesado, ele era devolvido para *Ammut* (deusa do Inferno) para ser devorado.

Posteriormente, a avestruz continuou sendo retratada juntamente à Justiça por diversos pintores, merecendo destaque para Giorgio Vasari – cuja justiça aparece abraçando o animal (Figura 2) e Luca Giordano, que a apresenta como apoio para a Justiça (Figura 7).

Dentre muitos outros símbolos que conhecemos, a balança, talvez a mais conhecida por todos, representa a busca pela igualdade, pela isonomia no tratamento das partes e das provas. A transformação iconográfica em símbolo místico da justiça encontra-se na Babilônia no império caldeu. Daí, inclusive, atribuem a origem da palavra DIREITO - *De + Rectum* – colocar retos – os pratos da balança, sopesando-a para realização da Justiça.

Outro atributo não tão antigo, conhecido por todos e bastante contundente, consiste na venda sobre olhos da *Deusa da Justiça* e ainda instiga controvérsias. A primeira notícia que se tem da Deusa vendada data de 1494 em uma xilografia de Albrecht Durer, considerado um dos “*gênios da pintura*” e um grande simbologista. Esta gravura talvez seja uma das obras mais polêmicas de toda a iconografia da Justiça (Figura 8) da

época: um bufão, ou bobo, colocando a venda na personificação da Justiça, para ilustração do poema satírico *A Nau dos insensatos*, de Sebastian Brant, do livro *The Ship of Fools*, impresso em Basileia, Suíça.

Trata-se de uma crítica à Justiça retratando a litigância excessiva, o abuso processual e o vício dos poderosos homens da Justiça de esconder as verdades em chicanas vãs, de modo que a Justiça, que deveria ver, já não enxergava em virtude do humilhante obstáculo da venda.

Em sentido diverso, pouco tempo depois da gravura de Durer, em 1531, outra imagem da Justiça vendada é apresentada pelo tipógrafo e gravador Christian Egenolph, no auge do Absolutismo europeu, em uma consolidação de direitos imperiais germânicos, chamada Wormser Reformation. Como movimento da época, os juízes deveriam ser aplicadores “cegos” da lei, sem maiores possibilidades de interpretações.

No entanto, a venda sobre os olhos ganhou versão popular e mais propagada, em sentido diverso das acima descritas – nem como crítica à Justiça, como queria Durer, nem como forma alegórica subjacente de expressar o poder absoluto do monarca, cegando a Justiça.

O consenso geral permaneceu na ideia da *Deusa da Justiça* vendada com significado de imparcialidade, ausência de preconceitos, neutralidade, incorruptibilidade e desprezo às aparências (Figura 9 - Gabriel Metsu).

Mais recentemente, a discussão da venda sobre os olhos da Justiça ganhou impulso. O que outrora cabia no ambiente dos artistas, historiadores, intérpretes e estudiosos iconológicos, passou a suscitar leituras divergentes entre os operadores do Direito, principalmente com o advento do chamado Ativismo Judicial.

O festejado professor Damásio de Jesus, por exemplo, no final de artigo publicado sob o título “*Os olhos abertos de Thêmis: a Deusa da Justiça*”, se posiciona da seguinte forma, “*in verbis*”:

Por não ser necessário ser cego para fazer justiça, minha Justiça enxerga e, com olhos bons e despertos, é justa, prudente e imparcial. Ela vê a impunidade, a pobreza, o choro, o sofrimento, a tortura, os gritos de dor e a desesperança dos necessitados que lhe batem à porta. E conhece, com seus olhos espertos, de onde partem os gritos e as lamúrias, o lugar das injustiças, onde mora o desespero. Mas não só vê e conhece. Age.

A minha, é uma Justiça que reclama, chora, grita e sofre.

Uma Justiça que se emociona. E de seus olhos vertem lágrimas. Não por ser cega, mas pela angústia de não poder ser mais justa.

Temos ainda entre os símbolos mais conhecidos a espada, significando o exercício da força e do poder de execução. O estudioso do assunto Sebastião Cruz afirma que “*aos gregos interessava conhecer o Direito e igualmente o julgar ou executar conforme o direito; por isso era necessária a espada. Aos Romanos interessava sobretudo o saber quando há Direito, o ius-dicere; para esta atividade é que se precisava do jurista, e numa atitude bem firme (segurando a balança com as duas mãos); e para isto, não era necessária a espada*”. (CRUZ, 1971, p- 29-30)

Por certo, os símbolos e modelos imagéticos da Justiça vêm sendo utilizados há muito para poder se firmar e se expressar na sociedade. Seja como forma de linguagem de valores em um período determinado da sociedade e sua cultura jurídica, seja como forma de criticá-los pelos doutrinadores.

Lembremos: O jurista alemão Rudolf von Ihering (1818-1892), autor da célebre obra “*A Luta pelo direito*” e a conhecida metáfora da balança e da espada, no sentido de que “*(...) a Justiça sustenta numa das mãos a balança que pesa o Direito e na outra a espada de que se serve para o defender. A espada sem a balança é a força brutal; a balança sem a espada é a impotência do Direito*”. Evidentemente que a metáfora deve ser contextualizada com a doutrina do Jusfilósofo citado e se aplica a grande parte das representações da Justiça relacionadas à Deusa Grega.

Enfim, o brevíssimo ensaio serviu para ressaltar o papel da iconografia e da arte no mundo do Direito através de suas liturgias e símbolos. Uma interlocução importante epistemológica jurídico-imagética útil na compreensão do fenômeno Jurídico, do Direito e da Justiça.

Com a finalidade de maior interlocução da arte com o Direito, realizamos um curso a distância (EAD) sobre *Iconografia da Justiça* pela Escola Nacional da Magistratura da AMB. Um estudo da imagem da Justiça através dos tempos, disponível a todos na plataforma do youtube sob o nome de “*Iconografia da Justiça*”.

Abaixo segue o link com as ilustrações separadas, uma a uma, em jpg.

<https://drive.google.com/drive/folders/1iz5YrjB1B5EUIUFWMPcxkrxlrD-ITLWu5?usp=sharing>

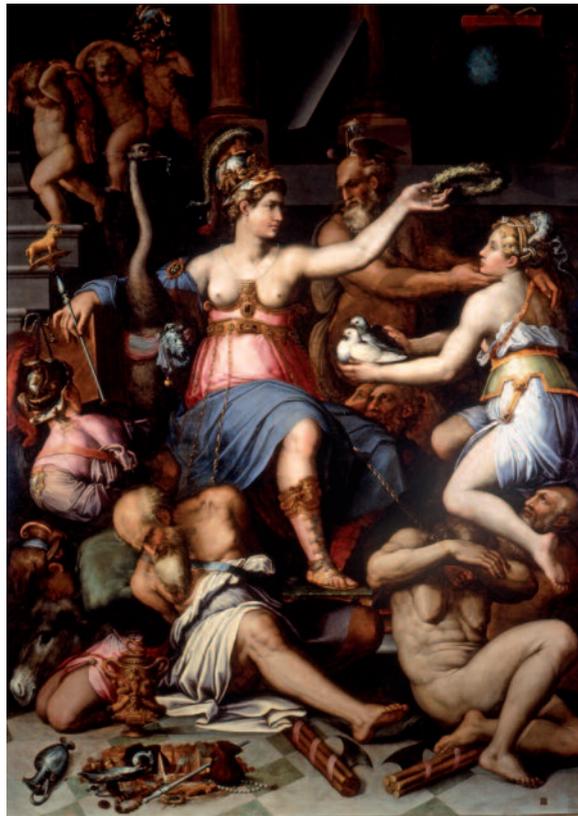


Figura 2
"Alegoria da Justiça"- 1543 - Giorgio Vasari
Museu de Capodimonte, Napole, Italia.



Figura 3 - "Deusa da Justiça"
Salvador Dalí



Figura 4 - Código de Hamurabi, Rei da Babilônia - 1792/1750 -
A.C.- Susa, Irã - Museu do Louvre



Figura 5 - "Virtudes Cardeais" (afresco)
 Raphael Sânzio
 Teto da Stanza della Segnatura - Vaticano

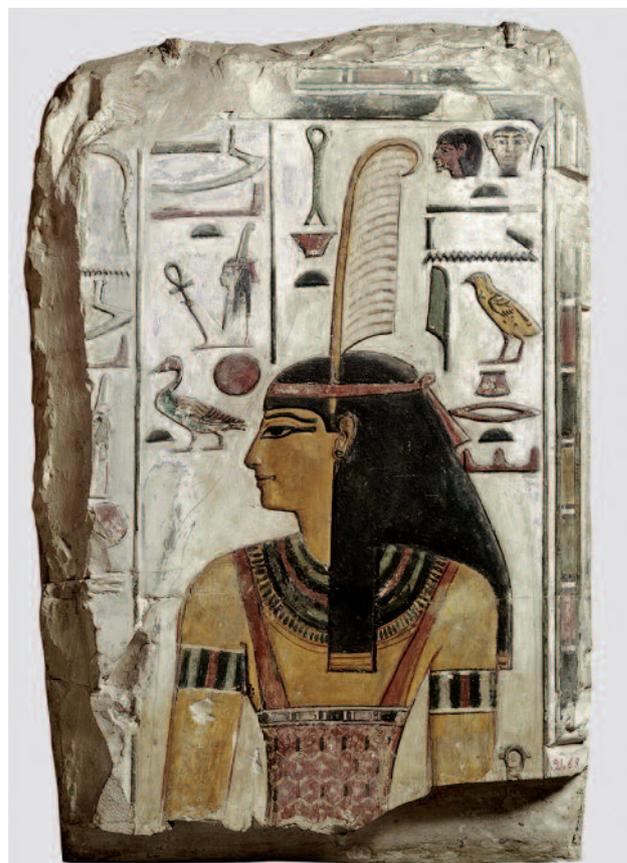


Figura 6 - Deusa Maat



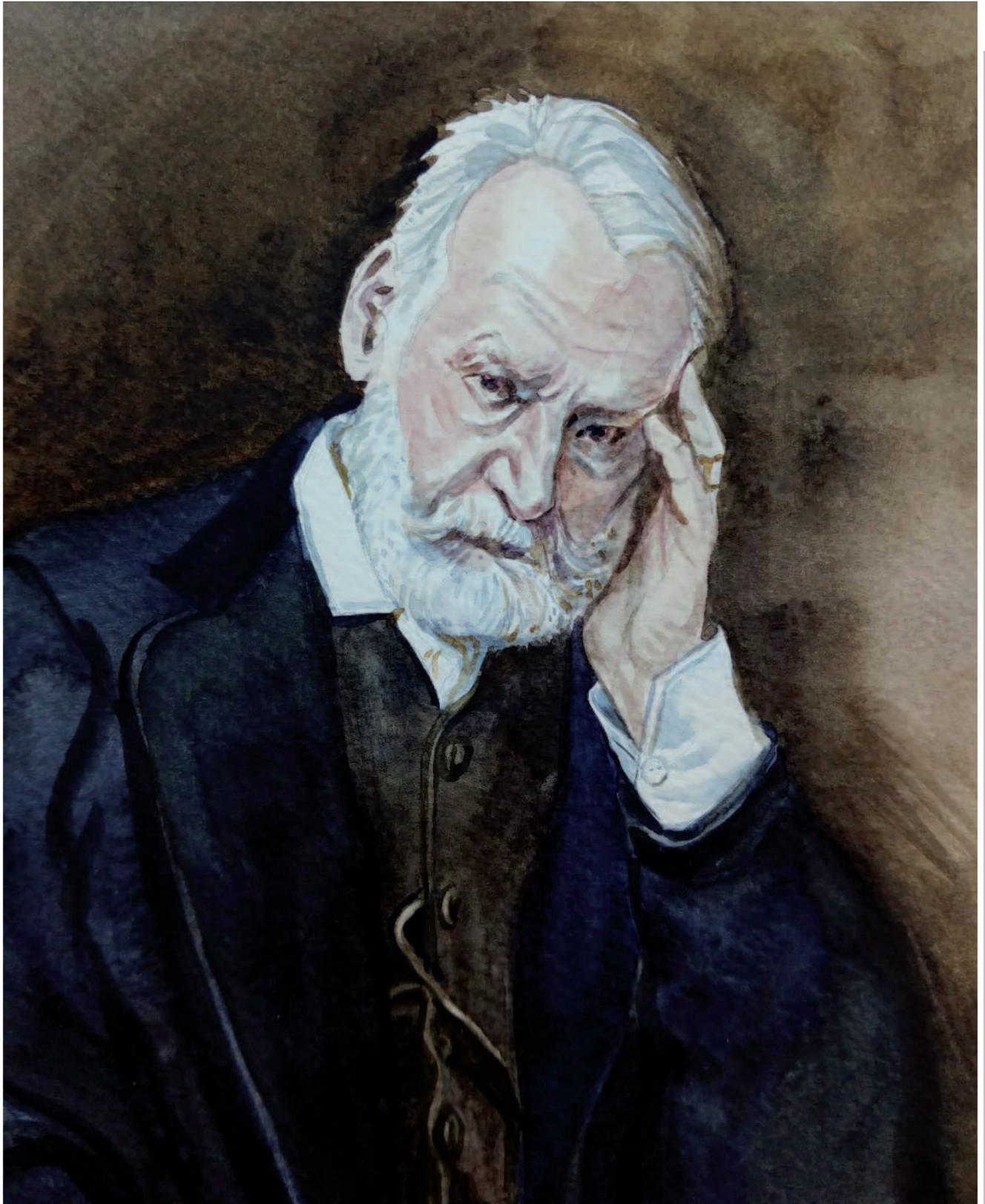
Figura 7 - "Alegoria da Justiça" - 1684
Luca Giordano - Galeria do Palácio de Ricardo Médice, Florença, Itália



Figura 9 - "Triunfo da Justiça" - 1655
Gabriel Metsu
Koninklijk Museum, Haia, Holanda



Figura 8 - "The Fool Blindfolding Justice / O tolo colocando venda nos olhos da justiça" - 1494
Albrecht Dürer



Victor Hugo: uma ponte entre Brasil e França

Rogério Medeiros Garcia de Lima
Desembargador do TJM/G

A MagisCultura chega à sua vigésima edição. Completamos, portanto, dez anos de publicações semestrais da revista literária da Associação dos Magistrados Mineiros.

Decidi escrever sobre Victor Hugo, notável poeta, romancista e político francês.

Enquanto preparava este artigo, o acaso me aguçou a inspiração.

Adquiri, no sebo, um livro do padre e filósofo argentino Ítalo Gastaldi, em que o autor reproduz dura crítica de Victor Hugo à modernidade.¹

Hugo era cultor da arte, beleza, justiça, paixão e poesia.

Não concebia o mundo pautado apenas pela razão, como apregoavam os modernos da sua época.

Fazia coro o também francês e escritor Romain Rolland:

"A razão é um sol impiedoso; ela ilumina, mas cega".

A influência francesa no Brasil

O Brasil possui antigos vínculos com a França, cuja cultura nos influenciou bastante ao longo do século XIX.

Durante o curso de Doutorado, descobri um poeirento livro de Oliveira Vianna, na biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (*"O idealismo na Constituição"*, de 1927). Citei-o em minha tese, quando apontava a nossa tendência a copiar arquétipos estrangeiros.

Vianna era um crítico de Ruy Barbosa, especialmente porque o notável jurista e político baiano foi o mentor da transplantação do modelo político norte-americano para a Constituição Republicana de 1891.

Ironizava: outrora, traduzíamos nossos males do francês; agora, passamos a traduzi-los do inglês...

Naqueles idos, a Academia Francesa servira de protótipo para a criação da Academia Brasileira:

"Quando a França tomou parte, em 1922, no Rio de Janeiro, da Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, o edifício construído para a sua representação adotou o modelo do histórico Petit-Trianon, ainda existente em Versalhes. Terminada a Exposição, o Presidente da República Francesa, Edouard Herriot, resolveu doar o imóvel ao governo brasileiro, para servir de sede à Academia Brasileira".²

1. Ítalo Gastaldi, *Educar e evangelizar na pós-modernidade*, p. 15.
2. A. de Lyra Tavares, *Brasil-França ao longo de 5 séculos*, p. 231 e 234.

A influência francesa em Portugal

Entre 1860 e 1870, surgiu em Portugal famoso movimento de renovação de ideias e modelos literários. A esse respeito, transcrevo José Hermano Saraiva, em *História Concisa de Portugal*:

O movimento teve por porta-vozes alguns dos maiores escritores portugueses do Século XIX: Antero, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Teófilo Braga [é a esse núcleo, acrescido de mais alguns nomes, que se convencionou colar a etiqueta de 'geração de 70']. (...)

O chamado 'movimento da geração de 70' iniciou-se em Coimbra e começou por revestir o aspecto de um protesto contra a arcaica disciplina da Universidade. O próprio Teófilo Braga conta que o reitor se tornara muito odioso, obrigando os jovens a abotoar a batina, a usar a meia até acima do joelho, a recolher ao toque do sino. Ora esses jovens liam as "Origens do Cristianismo", de Renan, a "História de França", de Michelet, os poemas de Victor Hugo e conheciam, embora confusamente e através de traduções francesas ou simplesmente de citações, o pensamento filosófico de Hegel. A disciplina clerical da Universidade era, portanto, para eles uma execrável sobrevivência das tiranias pretéritas. (...)

A opinião pública condenou os estudantes, e um deles (um jovem chamado Antero de Quental, que gozava de enorme ascendência entre os colegas) veio a público com um manifesto no qual explicava as razões dos estudantes:

'Que querem os estudantes da Universidade? Justiça! Um raio de sol também para nós, desse sol da liberdade e progresso que luz para todo o século e só a nós nos deixa nas trevas do passado. Um lugar no banquete das garantias liberais que nos é devido, porque essa liberdade custou o sangue dos nossos pais, o nosso sangue!'

Na segunda geração romântica portuguesa, havia muitos seguidores de Almeida Garrett. Contudo, registrava-se também grande influência dos escritores franceses Lamartine e Victor Hugo, entre outros.³

Não obstante, Eça de Queirós criticava "a incompetência científica de Coimbra":

O sinal mais visível era a importação, da França, das teorias ali ensinadas. Em 'O francesismo', Eça recordava que os livros, pelos quais tinha de estudar, eram, aberta ou secretamente, traduções de compêndios franceses. (...) Até a cultura jurídica nacional era francesa, o que lhe parecia um escândalo.⁴

3. António José Saraiva, *Iniciação na Literatura Portuguesa*, p. 111.

4. Maria Filomena Mónica, *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*, p. 33.

“O Romantismo expressou os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas.”

Romantismo e realismo no Brasil

No Brasil, ainda na fase pré-romântica, aponta-se “a influência estrangeira, política e literária, vinda de Londres, primeiro, e de Paris, depois, com predominância”⁵

A influência francesa surgiu a partir de 1816, com o pleno desenvolvimento das atividades musicais e teatrais desencadeadas pela vinda da Família Real e a chegada da missão artística francesa:

Começa a gelatinizar-se a era brasileira, cujo processo de cristalização vai se completar nos vinte anos seguintes, com a Independência e a Abdicação, o Romantismo literário e artístico, as instituições políticas brasileiras.

É curioso que toda essa metamorfose se haja iniciado com a Missão Francesa, cuja tarefa, por inesperado, foi emancipar-nos da predominância artística e intelectual da antiga Metrópole. (negritos no original).⁶

O Romantismo expressou os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas:

A nobreza, que já caiu, e a pequena burguesia, que ainda não subiu: de onde, as atitudes saudosistas ou reivindicatórias que pontuam todo o movimento. (...)

Apesar das diferenças de situação material, pode-se dizer que se formaram em nossos homens de letras configurações mentais paralelas às respostas que a inteligência europeia dava a seus conflitos ideológicos.

Os exemplos mais persuasivos vêm dos melhores escritores. O romance colonial de Alencar e a poesia indianista de Gonçalves Dias nascem da aspiração de fundar em um passado mítico a nobreza recente do país, assim como – ‘mutatis mutandis’ – as ficções de W. Scott e de Chateaubriand rastream na Idade Média feudal e cavaleiresca os brasões contrastados por uma burguesia em ascensão. De resto, Alencar, ainda fazendo ‘romance urbano’, contrapunha a moral do homem antigo à grosseria dos novos-

ricos; e fazendo romance regionalista, a coragem do sertanejo às vilezas do cidadão. (...)

Como os seus ídolos europeus, os nossos românticos exibem fundos traços de defesa e evasão, que os leva a posições regressivas: no plano da relação com o mundo (retorno à mãe-natureza, refúgio no passado, reinvenção do bom selvagem, exotismo) e no das relações com o próprio ‘eu’ (abandono à solidão, ao sonho, ao devaneio, às demasias da imaginação e dos sentidos). Para eles caberia a palavra do Goethe clássico e iluminista, que chamava a esse Romantismo ‘poesia de hospital’.⁷

Não foi diferente no advento do Realismo, quando havia uma sede de objetividade correspondente aos métodos científicos cada vez mais exatos do final do século XIX:

Os mestres dessa objetividade seriam, ainda uma vez, os franceses: Flaubert, Maupassant, Zola e Anatole, na ficção; os parnasianos, na poesia; Comte, Taine e Renan, no pensamento e na História. Em segunda plana, os portugueses Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão e Antero de Quental, que travavam em Coimbra uma luta paralela no sentido de abalar velhas estruturas mentais. No caso excepcional de Machado de Assis, foi a busca de um veio humorístico que pesou sobre a sua eleição de leituras inglesas.⁸

A reação modernista

Em 1944, Érico Veríssimo proferiu uma série de conferências na Universidade de Berkeley (Califórnia, EUA). Numa delas, apontou o ambiente onde surgiria o Movimento Modernista no Brasil:

Durante quase quatrocentos anos, a vida intelectual de minha pátria teve uma certa qualidade de espelho: refletia as modas literárias e artísticas da Europa, primeiro através de Portugal e depois direto de Paris. Mas após as duas primeiras décadas do século XX, começamos uma vida literária própria – claro que não de todo isenta de influência alheia, porque nenhuma literatura é de todo independente, mas ao menos demos início a uma literatura preocupada com os problemas sociais e morais do Brasil, que falava uma linguagem brasileira.⁹

Mário de Andrade era o principal agente desse movimento, cujo marco foi a Semana de Arte Moderna de São Paulo:

Chegou a falar do ‘amigo José de Alencar, meu irmão’, designando quer o caráter antiacadêmico e antieuropeu da própria obra, quer a sua própria filiação no desenvolvimento literário do Brasil. Escreveu em 1928 “Macunaíma - O Herói sem nenhum caráter”, livro perturbador, mergulhado na mitologia indígena,

5. Afrânio Coutinho, *Introdução à Literatura no Brasil*, p. 157.

6. Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, p. 56.

7. Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, p. 100-101.

8. Alfredo Bosi, *ob. cit.*, p. 185-186.

9. Érico Veríssimo, *Breve História da Literatura Brasileira*, p. 16.

procurando criar uma linguagem que contivesse todos os regionalismos do país. (...)

O abasileiramento da literatura constitui uma constante nas fixações estéticas. Uma das formas expressivas de sua atitude (e de muitos escritos da época) encarnava-se no desejo de atirar fora a influência europeia. Ele escreveria uma carta a Manuel Bandeira, em 26 de junho de 1925, dizendo: 'Combato atualmente a Europa o mais que posso. Não porque deixe de reconhecê-la, admirá-la, porém pra destruir a europeização do brasileiro educado.'¹⁰

Victor Hugo, escritor universal

Nacionalismo e paixão à parte, é sempre prazeroso e ilustrativo ler autores clássicos franceses, como Anatole France, Émile Zola, Gustave Flaubert, Guy de Maupassant, Honoré de Balzac, Marcel Proust, Sthendal e Victor Hugo.

O historiador André Maurois, ao exaltar a literatura francesa de então, destacou Victor Hugo como protagonista:

*A primeira metade do século XIX fora na França uma prodigiosa época literária, tão rica em escritores de gênio quanto a Renascença ou os começos do período clássico. No Segundo Império, principiou o crepúsculo dos deuses. Victor Hugo, que não se conformara com o golpe de estado, viveu até o fim do regime no exílio, primeiro em Jersey, depois em Guernesey. Para ele, como escritor, foi a salvação, porque o exílio lhe proporcionou lazeres para escrever grandes obras, como "Os Miseráveis". Mas esse afastamento privou a escola romântica de seu chefe mais brilhante.*¹¹

Hugo era dramaturgo, romancista e poeta. Foi o maior dos românticos da França e uma das figuras mais gloriosas de toda a literatura francesa. Escrevia sempre em tom grandiloquente.¹²

Exerceu enorme influência também no continente latino-americano:

A influência intelectual francesa é predominante em toda a América Latina do século XIX, em política como em literatura, no verso como na filosofia.

*Lamartine, Alfredo de Musset e Victor Hugo foram fartamente imitados além-mar, nos seus aspectos particulares de emoção sentimental, de sensualidade palpitante e de irradiação verbal.*¹³

Victor Hugo e o Brasil

O imperador brasileiro D. Pedro II era muito culto e apreciava a boa literatura.

10. Fábio Lucas, *O caráter social da literatura brasileira*, p. 25.

11. André Maurois, *História da França*, p. 443.

12. Javier Farias, *Literatura universal*, p. 232-233.

13. Oliveira Lima, *América Latina e América Inglesa...*, p. 134.

“O imperador brasileiro D. Pedro II era muito culto e apreciava a boa literatura. Mantinha correspondência com famosos escritores e cientistas da sua época.”

Mantinha correspondência com famosos escritores e cientistas da sua época, tais como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Victor Hugo, Lamartine, Louis Pasteur e muitos outros.

Numa viagem a Paris, em 1877, o monarca convidou Victor Hugo a visitá-lo no hotel onde se hospedara. Com a recusa do escritor, republicano radical, D. Pedro II tomou a iniciativa de fazer uma visita à casa de Hugo.¹⁴

Érico Veríssimo narra, com muita graça, passagem desse encontro:

O neto do escritor francês entrou ruidosamente na sala e o avô ordenou:

– Cumprimente Sua Majestade, meu menino.

D. Pedro II retrucou:

– Não, minha criança, há só uma majestade nesta sala.

*É seu avô.*¹⁵

Ciente da admiração que seu pai nutria por D. Pedro II, a filha de Victor Hugo participou das cerimônias fúnebres do imperador na capital francesa, em 1891.¹⁶

14. Humberto Pinho da Silva, *D. Pedro II e Vítor Hugo*, 2016; Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira...*, p. 395.

15. Érico Veríssimo, *Breve História da Literatura Brasileira*, p. 48.

16. Humberto Pinho da Silva e Fernando de Azevedo, *ob. cit.*

Victor Hugo político

Influenciado pela mãe, o jovem Victor Hugo assimilou o espírito da Monarquia.

Com o tempo, tornou-se adepto da democracia liberal e humanitária. Era crítico da miséria e da desigualdade social, embora não chegasse a abraçar o socialismo.

Em 1848, foi eleito deputado da Segunda República. Deixou a França após o golpe de Estado de 2 de dezembro de 1851, o qual atacou duramente em *"Histoire d'un crime"*.

Opondo-se a Napoleão III, durante o Segundo Império viveu exilado em Jersey, Guernesey e Bruxelas.¹⁷

Recusou a anistia concedida posteriormente, afirmando:
– *Et s'il n'en reste qu'un, je serai celui-là.*¹⁸

Pregava:

*Tenhamos fé. Não, não nos deixemos abater. Desesperar é desertar. Olhemos o futuro. O futuro – não se sabe quais tempestades nos separam do porto, mas o porto longínquo e radioso, podemos distingui-lo; repitamo-lo, é a república para todos; acrescentemos: o futuro é a paz com todos.*¹⁹

Victor Hugo poeta

Victor Hugo produziu versos primorosos:

*Ah, tem pena de ti, fuge! – Talvez aches que sou
Um homem como são todos os outros, um ser
Inteligente, que se encaminha direto à meta que sonhou.
Não te iludas. Sou uma força que avança!
Agente cego e surdo de mistérios fúnebres!
Alma de infortúnio formada por trevas!
Aonde vou? não sei. Mas sinto-me carregado
Por um sopro impetuoso, um destino insensato.*²⁰

*Ah! esse duplo mar do tempo e do espaço
Em que o navio humano sempre passa e de novo passa...*²¹

*Criança, o povo te olha,
A multidão se vira para ti.
César ia querê-la em sua guarda,
Jesus ia querê-la em sua lei.
Não seas de um e nem do outro;
São dois grandes homens, mas
Da verdade sê o apóstolo,
Deixa-os em seus cumes.
Georges está de joelhos, Jeanne reza;
Crianças, o olho celeste está com vocês;
Curvem-se, de alma enternecida.
O mundo é grande e o seu dono é suave.*²²

17. Victor Hugo, *Napoleão, o Pequeno*, 1996.

18. - E se sobra apenas um, serei eu.

19. Victor Hugo, *Napoleão, o Pequeno*, p. 197-198.

20. Da peça *Hernani*, cit. por Max Gallo, *Victor Hugo*, Tomo I, p. 11.

21. Max Gallo, *Victor Hugo*, Tomo I, p. 13.

22. Do seu último poema, cit. por Max Gallo, *Victor Hugo*, Tomo II, p. 434.

“Ah! esse duplo mar
do tempo e do espaço
Em que o navio
humano sempre
passa e de novo
passa.”

Victor Hugo romancista

“Os Miseráveis”, publicado em 1862, é o mais famoso romance de Victor Hugo, cuja leitura muito me marcou na juventude.²³ Traduz o pensamento político do autor, ao condenar a miséria e a opressão do Estado sobre os indivíduos, especialmente os menos favorecidos.

Jean Valjean, o protagonista, ainda jovem, furtou um pão para saciar a fome. Foi preso e condenado a cinco anos de prisão pelo furto. Fugiu da prisão. Recebeu a ajuda de um bispo e conheceu a virtude.

Com muito trabalho, conseguiu enriquecer. Criou como filha a jovem órfã Cosette, resgatada por ele da pobreza. No entanto, foi descoberto pelo inspetor de polícia Javert, que o perseguia avidamente. Sofreu novas agruras, mas, sempre praticando boas ações, reabilitou-se e viveu em paz até morrer.

As últimas palavras de Valjean para Cosette, no leito de morte, são uma ode à vida: *Morrer não é nada; horrível é não viver.*

Sobre sua lápide se inscreveu: *Ele dorme. Embora a sorte lhe tenha sido adversa, ele viveu. Morreu quando perdeu seu anjo. Partiu com a mesma simplicidade, como a chegada da noite após o dia.*

Alguns dados biográficos²⁴

Victor-Marie Hugo nasceu em Besançon, França, em 26 de fevereiro de 1802.

Era filho de Sophie Trébuchet e Joseph Hugo. O pai – Conde de Siguenza – foi general do exército napoleônico. Com a separação dos pais, Sophie assumiu a educação de Victor Hugo. Sob influência materna, os primeiros escritos de Hugo expressavam lealdade à monarquia e devoção católica. No entanto, durante as turbulências políticas antecedentes à

23. Victor Hugo, *Os miseráveis*, 3 vls., trad. Carlos dos Santos.

24. Max Gallo, *Victor Hugo*, Tomos I e II, 2006.

Revolução de 1848, na França, o escritor passou a defender a república e a liberdade de pensamento.

Casou-se em 1822 com Adèle Foucher, sua amiga de infância.

Eugène, irmão de Victor Hugo, era apaixonado por Adèle. Ficou mentalmente perturbado por causa desse casamento. Acabou internado em um manicômio.

O casal teve duas filhas.

Com o tempo, Victor Hugo e a esposa se distanciaram. Ele aderiu à libertinagem em Paris. Adèle se tornou amante de Saint-Beuve, amigo da família. De 1832 a 1948, o escritor habitou um apartamento na Place des Vosges, bairro Le Marais, na capital francesa.

Em 1837, o rei Luís Filipe I conferiu a Victor Hugo o grau de oficial da Legião de Honra. O escritor frequentou sessões espíritas, após a morte de uma filha grávida, em 1843.²⁵

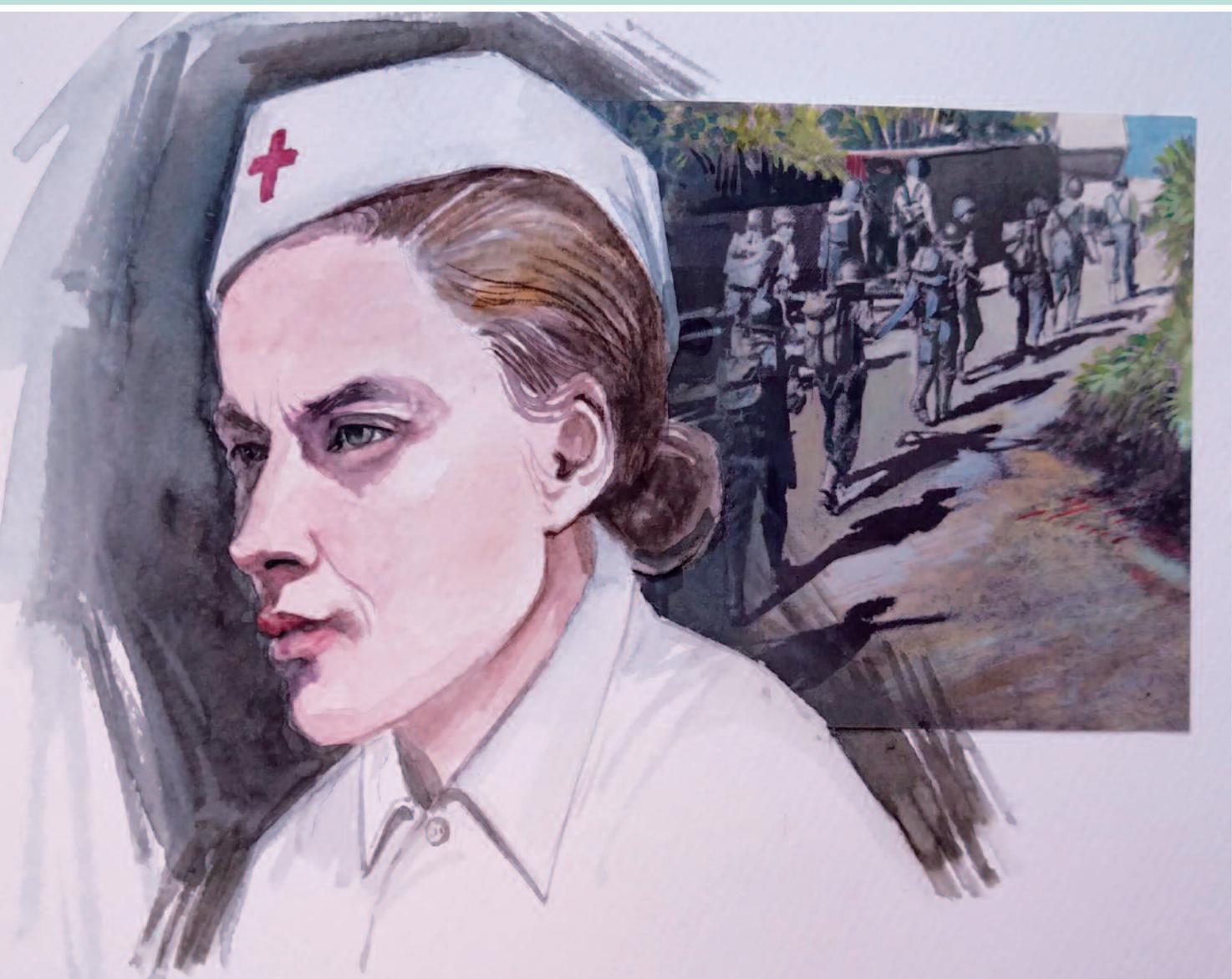
Faleceu em Paris, no dia 22 de maio de 1885. Sua morte causou grande comoção na França. Está sepultado no Panthéon.

Notas Bibliográficas

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira – Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, Obras Completas, vol. XIII, 4ª ed., 1964.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 3ª ed., 1981.
- COELHO, Marcelo. “O Livro das Mesas” transcreve sessões espíritas conduzidas por Victor Hugo, jornal *Folha de S. Paulo*, edição de 28.04.2018, caderno Ilustrada.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 11ª ed., 1983.
- FARIAS, Javier. *Literatura universal*. Buenos Aires: Editorial Atlantida, 1947.
- GALLO, Max. *Victor Hugo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo I (1802-1843) e Tomo II (1844-1885), trad. Jorge Bastos, 2006.
- GASTALDI, Ítalo. *Educar e evangelizar na pós-modernidade*. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, trad. Pe. Camilo Profiro da Silva, 1994.
- HUGO, Victor. *Napoleão, o pequeno*. São Paulo: Ensaio, trad. Márcia Valéria Martínez de Aguiar, 1996.
- _____. *Os miseráveis*. São Paulo: Círculo do Livro, 3 vls., trad. Carlos dos Santos, sem data.
- LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix, vol. II (1794-1855), 1977.
- MAUROIS, André. *História da França*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, trad. Godofredo Rangel, 1950.
- MÔNICA, Maria Filomena. *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- OLIVEIRA LIMA. *América Latina e América Inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana*. Brasília/DF: Edições do Senado Federal, 2010.
- OLIVEIRA VIANNA. *O idealismo na constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927.
- SARAIVA, António José. *Iniciação na Literatura Portuguesa*. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda., 1996.
- SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Mira-Sintra, Portugal: Publicações Europa-América, 5ª ed., 1979.
- SILVA, Humberto Pinho da. *D. Pedro II e Vítor Hugo*, Portal Mundo Lusíada, 04.05.2015, disponível em <http://www.mundolusiada.com.br/artigos/cronica-d-pedro-ii-e-vitor-hugo/>, acesso em 23.08.2016.
- TAVARES, A. de Lyra. *Brasil-França ao longo de 5 séculos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1978.
- VERÍSSIMO, Érico. *Breve História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Globo, 3ª ed., 1996.

“Morrer não é nada;
horrorável é não viver.”

25. Marcelo Coelho, “O Livro das Mesas”..., 2018.



Sitiados

Fernando Armando Ribeiro
Juiz de Direito do TJMMG

“**U**ma coisa era certa, era preciso vencer o grande cerco.” Esta parecia ser a síntese das recordações de Pedro sobre aqueles agitados anos. Jamais, porém, imaginara que se lembraria desses tempos com saudade.

Diante das provisões cada vez mais escassas, os moradores da cidade não tiveram opção. A reunião noturna no clube central traduzia o desesperado propósito. Afinal, eram homens pacíficos: operários, médicos, pais de família. Homens que jamais imaginaram pegar em armas. Mas os imperativos da hora tornavam as ações incontornáveis.

Assim, quando os líderes terminaram seus discursos, uma voz de adesão alastrou-se entre os presentes. Munidos de diversas armas, mas sobretudo armados de uma férrea vontade, iniciaram a jornada de resistência que culminaria na libertação da cidade.

Pedro já não se recordava das corajosas ações de enfrentamento, das estratégias e dos gestos de heroísmo inesperado. Mas trazia bem viva a memória, guardada com afeto, dos encontros, das conversas e da ajuda mútua a que todos então se habituaram.

Com a cidade sitiada, não havia salvação senão pelo cuidado. Cuidado manifesto na partilha dos alimentos, no imenso voluntariado a servir nos hospitais, no empréstimo de imóveis como trincheiras e abrigos. Mas Pedro lembrava-se, sobretudo, do cuidado concretamente presente em cada gesto e palavra.

Recordava-se do dia em que fora vitimado por uma infecção. Acamado e com febre, sua ausência seria logo sentida

“Sempre imaginou que estivesse se referindo a eles, um convite (ou uma recusa) ao relacionamento por vir.”

nos encontros no clube. Vizinhos e desconhecidos deslocaram-se até sua casa. Levavam chás e alimentos, e passaram a revezarse na prestação dos cuidados.

Foi assim que conheceu Maria Amélia, a ativa e zelosa moça que passava horas ao seu lado. Media-lhe a pressão, a temperatura, preparava sopas e remédios.

“*Você é um anjo!*”, disse-lhe certa vez. E depois ficou a refletir sobre a misteriosa interjeição da moça, seu olhar penetrante e indagador.

Quando a febre infecciosa passou, outra, igualmente devastadora, veio a instalar-se em seu peito. O amor incandescia em meio à guerra, mas a moça não acenava esperanças.

“*Preciso conhecer o mundo*”, ela dizia, “*há tantos que necessitam minha ajuda*”.

Um dia ela se foi. A Pedro só restaram as cartas enviadas de além-mar sob o selo da Cruz Vermelha. Eram esporádicas e cada vez mais lacônicas. As últimas comunicavam que ela havia fixado residência na Europa, mas passava a maior parte do tempo entre famélicas tribos africanas e zonas de conflito no Oriente Médio.

O voo rasante da gaivota despertou o homem no píer do mergulho nas profundezas da memória. Notou então que o mar empalidecia e o céu começava a formar um caleidoscópio de cores. Embarcações continuamente chegavam acompanhando o movimento do poente.

Olhando à sua volta, percebeu a enorme quantidade de pessoas a transitar no porto aquela tarde. Sem os medos de outrora, poderiam julgar-se livres, mas...

Naquele instante, os olhos de Pedro deslocaram-se para um banco de pedra no calçadão. Ali tivera seu primeiro encontro romântico com Maria Amélia; ali ela lhe dissera aquela misteriosa frase que um dia julgou compreender: “*O que será de nós depois?*”

Sempre imaginou que estivesse se referindo a eles, um convite (ou uma recusa) ao relacionamento por vir.

Mas a visão da velha ali sentada, triste e doente, sem encontrar o mínimo gesto de comiseração ou amparo, dava àquela frase um novo sentido: “*O que será de nós?*”

O grande cerco tinha terminado, mas o que teria havido com eles? Eles, os cidadãos daquela cidade, que um dia sonharam ser livres. Tão indiferentes, insensíveis, refratários a todo cuidado. Corriam solitários, pelos cantos, pelas horas, e embora sem perceber, estavam mesmo sitiados.



Magda Soares, a educadora que conhece o dever. E cumpre.

Manoel Marcos Guimarães
Jornalista, editor de MagisCultura

Aos 85 anos, ela ganhou o prêmio Jabuti de 2017 na categoria Educação com o livro *"Alfabetização – A Questão dos Métodos"* (Ed. Contexto), que, na sequência, foi também escolhido como o 'livro de não ficção do ano'. *"Foi uma grande surpresa para mim"*, diz ela, que acumula prêmios e homenagens ao longo das mais de seis décadas de atuação como educadora, na universidade e em escolas públicas, e autora de algumas dezenas de livros.

Depois de antecipar a aposentadoria e deixar a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) antes dos 70 anos, para não ser atingida pela compulsória, passou a dedicar-se a projetos comunitários, primeiro em creche no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte, e há onze anos em Lagoa Santa, onde encontrou nova motivação, compensando certa frustração com os resultados do trabalho na universidade, muito preso a teorias e métodos. No livro premiado, aliás, ela diz ter pretendido *"alertar quem forma o professor de que alfabetização é mais que métodos"*.

Ela segue dois gurus, o educador pernambucano Paulo Freire e o filósofo francês Pierre Bourdier, *"que colocaram em palavras todas as minhas convicções, ilusões, desejos e princípios educacionais"*, e diz que uma das principais lições que aprendeu com o amigo Freire é que *"a gente tem que viver de acordo com nossas utopias, senão a vida não faz sentido"*. Confessa que às vezes *"fica meio descrente, porque as coisas parece que só estão piorando"*, mas reage afirmando que o que a faz *"menos pessimista é que pelo menos no meu pedaço, a gente está avançando"*. Efetivamente, o projeto Lagoa Santa tem apresentado resultados muito bons, a ponto de ela ser procurada com frequência por prefeitos que querem saber 'qual o seu método', ouvindo em resposta que *"não há método, há projeto"*.

Contrariando os filhos, Magda vai todo início de semana a Lagoa Santa dirigindo o próprio carro, embora se queixe que o corpo já não está acompanhando a mente, e, para descansar, não aceita mais convites para conferências e homenagens. Não tem telefone celular e continua fiel aos livros impressos – são mais de oito mil em sua biblioteca -, que gosta de *"pegar, cheirar"*.

Da formação metodista familiar e do Colégio Isabela Hendrix, incorporou o lema *"conhece o dever e cumpre-o"* e se confessa às vezes incomodada com isso, pois sente-se responsável por tudo que vê ao redor: *"Digo que sou permanentemente 'ocupada e incumbida' e isso pesa, porque nunca estou plenamente satisfeita. Mais ainda: estou sempre atenta para o que pode ser meu dever, o que significa que vejo deveres onde não seria necessário."*

Dever necessário, segundo ela, é o que não está sendo cumprido pela nação brasileira, de *"garantir o direito de toda criança a aprender a ler e escrever"*. E resume o que sempre diz às professoras com quem trabalha: *"A gente sempre debita à família a dificuldade de aprendizado. Pai alcólatra, mãe não cuida... Então eu pergunto: tem outras crianças para você ensinar? As crianças são essas. Os pais não tiveram oportunidade. Nossa responsabilidade é fazer com que essas crianças sejam no futuro o pai que vocês gostariam que elas tivessem hoje."*

A seguir, o pensamento da educadora homenageada nesta edição de MagisCultura.

Formação familiar

Considero que é um privilégio estar terminando minha vida profissional – a pessoal também, pois já estou com 85 anos – com esse trabalho voluntário em Lagoa Santa. Nasci com o bônus de ter a preocupação social, que é herança de família.

As duas pessoas que mais me influenciaram são meu avô paterno, major João Líbano, que veio de Araçuaí para Ouro Preto e depois para Belo Horizonte, quando a capital foi inaugurada. Ele era um republicano dos mais fervorosos, maçom, anticlerical... Embora tenha morrido quando eu tinha apenas dez anos, ele me influenciou muito. O outro foi meu pai, muito parecido com ele, ambos muito voltados para o social. Meu pai era psiquiatra, sempre trabalhando no Hospital Raul Soares e sempre preocupado com a saúde social da população.

Pelo lado materno, os Becker, eu tenho origem germânica e desconfio, com muita honra, que meu sangue alemão é judeu, pois meu bisavô se chamava Jacó e há vários outros Jacós na origem da família. Por conta disso, estudei sempre em colégio Metodista, o Isabela Hendrix. Essas influências todas, inclusive da Igreja Protestante, que segui até os 18 anos, marcaram minha formação.

Conhecer e cumprir o dever

O Metodismo é uma vertente do Protestantismo marcada pelo compromisso social. E duas coisas me marcaram muito: primeiro, o compromisso social, decorrente do livre arbítrio. O lema do colégio – *"Conhece o dever e cumpre"* – foi marcante e eu

o carregado comigo até hoje; acho que vou morrer sem me livrar dele. É uma coisa terrível, pois além de cumprir, você tem que conhecer. Você se acha responsável por quase tudo que acontece com todo mundo.

Encontro com as ciências humanas

Quando estava terminando o curso Científico, fiquei conhecendo outra pessoa muito importante na vida: a professora ngela Vaz Leão. Eu queria ir para a área de ciências exatas, influenciada por meu pai, que era médico, mas trabalhava com biofísica. Mas no terceiro ano do científico me aparece a ngela Leão, que estudava Letras, foi substituir um professor e eu me encantei tanto com ela que decidi: 'é isso que quero fazer'. Descobri que existia um curso de Letras e uma Faculdade de Filosofia. Angela me assumiu e me encaminhou.

Depois de formada, comecei dando aula no ginásio e no ensino médio. No médio, trabalhei muito com o Curso Normal da rede municipal, ali no Colégio Municipal do São Cristóvão. E muitas das minhas alunas vinham da Pedreira Prado Lopes. Fiquei encantada com a ideia de preparar as pessoas para dar aula.

Hoje em dia, as pessoas que se formam na área de educação vão direto para o Mestrado, o Doutorado, ficam na universidade, fechadas na torre de cristal, sem nunca ter entrado em uma sala para dar aulas, sem por a mão na massa. Para mim foi fundamental ter posto a mão na massa nesses onze anos.

Educação das classes populares

Eu nasci e vivi na classe média. Nasci no bairro Funcionários, em casa herdada do avô, depois meu pai construiu uma casa na Rua da Bahia, cresci ali. Quando comecei a trabalhar na escola pública foi um rito de passagem. Ali conheci o que era o povo brasileiro. Aquelas moças procuravam a escola como caminho de ascensão na vida... foi um período de epifania, de descobrir onde estava o meu dever, como pregava o lema do Metodista.

Frustração na universidade

Quando fui para a universidade, trabalhei com formação de professores, sempre pensando na escola pública, mas guardo

certa frustração, porque eu sentia a distância que havia – e ainda há – entre a formação que a gente dá na universidade e a realidade da escola pública. Meus orientandos quando faziam pesquisa sobre escola pública, voltavam sempre com essa ideia, mas não tinham essa prática.

O que a gente está fazendo que não formamos professores para esta realidade?

Projeto Lagoa Santa

Depois de antecipar minha aposentadoria – eu não queria ser 'expulsa' pela compulsória, aos 70 anos –, comecei a fazer trabalho voluntário em uma creche comunitária no Aglomerado da Serra, que durou cerca de cinco anos.

O prefeito de Lagoa Santa Rogério Avelar convidou a Maria Lisboa para ser a Secretária de Educação, ela ficou horrorizada com o que encontrou e me chamou para ajudá-la. Ela acabou deixando a secretaria, mas a secretária que a substituiu havia sido minha aluna e deu sequência. Estou lá há onze anos.

Os resultados que estamos alcançando me entusiasma, mas eles não são o mais importante. O fundamental foi ter criado um projeto que atinge todas as escolas e não apenas algumas. A rede escolar de Lagoa Santa tem crescido muito, junto com a cidade, e a demanda também aumentou.

O lema do projeto é "*aprender a ler e escrever é direito de toda criança*". Esse, aliás, é um direito de toda criança brasileira, até hoje não garantido.

Método, qual método?

Hoje somos procurados por prefeitos e outras pessoas interessadas, que nos perguntam: qual é o método? Respondo que não temos um método, temos um projeto. Não funciona você montar um método, com apostilas etc., e jogar tudo na cabeça das pessoas.

Em Lagoa Santa, eu nunca tive um projeto pronto. Eu sou virginiana, cartesiana e meus cursos na universidade eram sempre muito organizados, com metas e prazos. Em Lagoa Santa, não. A ideia sempre foi desenvolver junto com as professoras.

Educação no Brasil

A sociedade brasileira, tão dividida em castas como é, não dá condições sociais, culturais e econômicas à maioria da população. A Educação não pode resolver isto, tem feito até mais

“O que a gente está fazendo que não formamos professores para esta realidade?”

“Prezo muito o principal recado do Paulo Freire: é preciso trabalhar sempre com os olhos voltados para o povo.”

do que pode. Vejo lá em Lagoa Santa que a gente não tem que cuidar só da educação, tem que cuidar da saúde das crianças, pois há criança que não aprende porque precisa de óculos.

Fora isso, se pensar só no campo da educação, o grande problema é a formação do professor. Não adianta: a gente fica dando voltinhas, dando voltinhas e depois chega no mesmo lugar: formação do professor.

Outra coisa: tudo tem que começar na creche, na educação infantil. Não adianta ficar apagando fogo depois no ensino médio, que é uma calamidade, se a criança não tiver um roteiro de progresso no aprendizado desde o início.

Formação de professores

Costumo me lamentar que não exista mais o Curso Normal, que era um curso de formação de professores. Depois tive esperança no Normal Superior... não deu certo. Foi um fracasso, pois quem se apoderou dele foram as faculdades particulares, que na verdade fazem curso de Pedagogia esvaziado, simplificado.

O curso de Pedagogia não forma professor. Os alunos aprendem de tudo, menos a prática da sala de aula. Tudo é 'da Educação', muita teoria e sem relação com a prática: 'História da Educação', 'Metodologia da Educação' e assim por diante. Não se pode contar com a formação do curso de Pedagogia. O que mais se discute ali é método e a questão não é método.

Livro do ano

Ver meu livro escolhido como Livro do Ano foi uma grande surpresa. Eu estava lá no auditório, ao lado do Silvano [Santiago, também premiado pelo melhor romance], doida pra acabar a solenidade, e fiquei surpresa com o anúncio.

O livro mostra que Alfabetização não é questão de método. Alfabetização é aprendizado da língua escrita. Não é só a alfabetização ... a produção de texto, a leitura compreensiva e interpretativa de texto, tudo isso tem fundamentos que orientam o

professor. Fundamentos linguísticos, mas cognitivos, da psicologia cognitiva, da sociolinguística, é com base nisso que você pode fazer a articulação com a prática; às vezes isso ilumina a prática outras a prática ilumina a teoria.

Alfabetização e Letramento

As duas coisas não se distinguem. Alfabetização tem o sentido restrito de a criança ou o adulto analfabeto aprender o sistema alfabético de escrita, esse sistema de representação, que é bastante abstrato. Alfabetizar é "aprender a ler e escrever, sem objeto direto".

Com o Letramento você dá o objeto direto: "ler o quê? escrever o quê?" Letramento é o uso social do sistema alfabético de escrita. Durante muito tempo a gente ficou só com alfabetização, a criança tinha que aprender a ler e escrever e depois tinha que se virar. E não é isso. Ela tem que saber interpretar.

Base curricular

A Base Nacional Curricular aprovada é um horror. Está toda voltada para a comunicação tecnológica. Não sei como chegaram nisso. A primeira versão tinha pé no chão. Aí mudaram tudo, entregaram para um grupo que trabalha com semiótica, com essa questão da comunicação tecnológica.

Então os meninos têm que aprender desde cedo a escrever e-mail, a produzir gifts e vídeos para o youtube, coisas que eu sequer sabia do que se tratava. É inacreditável. O livro escrito ficou inteiramente à margem. Em Lagoa Santa nós decidimos não implantar a base para o Ensino Fundamental.

Para essa base funcionar nas escolas públicas do país, seria necessário que todas as escolas tivessem internet e banda larga, que todas as salas tivessem computador, que todas as crianças tivessem um tablet e acesso à internet, que todas as escolas tivessem filmadoras para produzir os vídeos...

Para algumas escolas privadas, pode funcionar, mas para escola pública, não é possível implantar... pois não há condições de infraestrutura, além de não ser a melhor forma de desenvolver a capacidade de escrita nas crianças.

Gurus

Eu tenho dois gurus: Paulo Freire e o [Pierre] Bourdier, pois eles são as pessoas que colocaram em palavra todas as minhas convicções, ilusões, desejos e princípios educacionais. Prezo muito o principal recado do Paulo Freire: é preciso trabalhar sempre com os olhos voltados para o povo. Ele andou o mundo inteiro sempre voltado para os menos privilegiados. Tudo que ele disse e escreveu foi sobre os oprimidos. O que mais me encanta nele é que ele nunca perdeu as esperanças.

Ciência e pesquisa na área da Educação

Magda Soares

Nós, os da área da Educação, estamos permanentemente diante de um apelo para a **compreensão**, acompanhado de um apelo para a **ação**. Começo por esclarecer o que entendo por apelo para a **compreensão**.

Há no admirável romance histórico que é o *Memorial do Convento*, de José Saramago, uma frase que, desde que a li há muitos e muitos anos, se tornou para mim uma perfeita descrição do que motiva e orienta o pesquisador em Educação: *“Tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas.”*

Respostas estão no mundo da educação à espera das perguntas do pesquisador. Temos de responder ao apelo por compreensão: apreender as respostas que o mundo está dando, e formular as perguntas que se escondem sob essas respostas, em busca de compreensão – o caminho é a pesquisa.

Na área da Educação, talvez na área das Ciências Humanas e Sociais em geral, a compreensão, pela pesquisa, das respostas com que o mundo nos provoca nos põe em confronto com dois deveres desafiadores.

O primeiro dever é que **a compreensão não leve a julgamento**.

Nas Ciências Exatas e nas Ciências da Vida esse dever não se apresenta, porque os fenômenos físicos, químicos, biológicos são o que são; nas Ciências Humanas e Sociais, esse dever de não julgar se impõe, porque os homens e as sociedades, *se são o que são*, nem sempre *deveriam ser o que são...* E é por isso que a pesquisa – a compreensão do humano e do social – corre o risco do julgamento.

É Bourdieu [Pierre], o sociólogo francês que com tanta lucidez analisou a realidade social, quem define com admirável precisão o que deve ser a pesquisa sobre o ser humano e sobre grupos sociais: pesquisar é compreender; diz ele e acrescenta, citando Spinoza, que ao compreender deve associar-se o dever de não julgar: *“Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender.”*

Ao pesquisador – e me restrinjo agora aos pesquisadores sobre a Educação, para tornar mais claro esse princípio – não cabe deplorar, rir, detestar quando se depara com respostas no mundo da educação; vou exemplificar, porque tem sido a minha área de pesquisadora, com o mundo do ensino, e do ensino da língua portuguesa:

- **não cabe deplorar**, por exemplo, o reiterado fracasso em alfabetização, os baixos resultados em leitura e escrita dos alunos, a evasão no ensino médio, os currículos inadequados – estas são respostas que o mundo nos está dando, não cabe deplorá-las, mas compreendê-las;

“Tudo no mundo está dando respostas, o que demora é o tempo das perguntas.”

- **não cabe rir** dos erros, dos fracassos, das fraquezas – não cabe, por exemplo, rir de disparates que aparecem em provas do Enem e circulam pela internet como piadas – são respostas que o mundo nos está dando, não cabe rir delas, mas compreendê-las;

- **não cabe detestar**, por exemplo, as mais de 300.000 notas zero nas redações do Enem, em um universo de quase 5 milhões de candidatos, como ocorreu em 2017; não cabe detestar a inadequada formação ou atuação dos professores – são respostas que o mundo nos está dando, não cabe detestá-las, mas compreendê-las;

- **não cabe, enfim, deplorar, rir, detestar aquilo que é o que é por não ser aquilo que teria de ser, que deveria ser**: Crianças e jovens deveriam saber ler e escrever, deveriam ser bons leitores, o ensino médio deveria ser de qualidade, os currículos deveriam ser adequados, os jovens deveriam ser capazes de produzir bons textos, professores deveriam estar sendo bem formados...

Ao pesquisador cabe compreender, buscar os porquês, as causas, das muitas perguntas que a realidade no mundo da educação nos está propondo.

E aqui vem o segundo apelo que mencionei, o apelo à ação: **compreender para agir**.

Diante das respostas que o mundo está dando – *diante do que é*; diante da compreensão, pela pesquisa, do *por que é assim*, levanta-se o apelo à ação. Primeiro, a *compreensão*, pela pesquisa; segundo, a *ação* que a pesquisa motiva, demanda, mesmo exige e, sobretudo, orienta – a ação para transformar. Em nosso país, as respostas que o mundo da educação nos está

dando vêm evidenciando o desrespeito aos princípios basilares de igualdade e de equidade; impõe-se a compreensão pela pesquisa dessas respostas, que forçosamente nos incite à ação.

Não ações que se limitem a documentos doutrinários que proclamem o que deve ser, sem base *no que é, no que tem sido* – o que acontece com frequência. Quantas leis, decretos, parâmetros têm sido aprovados ao longo dos anos que não respondem às perguntas que a realidade está nos fazendo, por não reconhecê-las, por não compreendê-las! Na área da Educação, não há como compreender e nada fazer, mas também não se justifica definir o que deve ser sem ter compreendido *o que é*.

Entretanto, há os que pesquisam e publicam em periódicos acadêmicos, para serem lidos pelos pares; há os que agem sem sustentação na compreensão, como ocorre com frequência nas propostas oficiais; e há os que articulam pesquisa e consequente compreensão com interferência na realidade: com ação fundamentada em compreensão que resulte de pesquisa gerada pelas respostas que a educação está demandando.

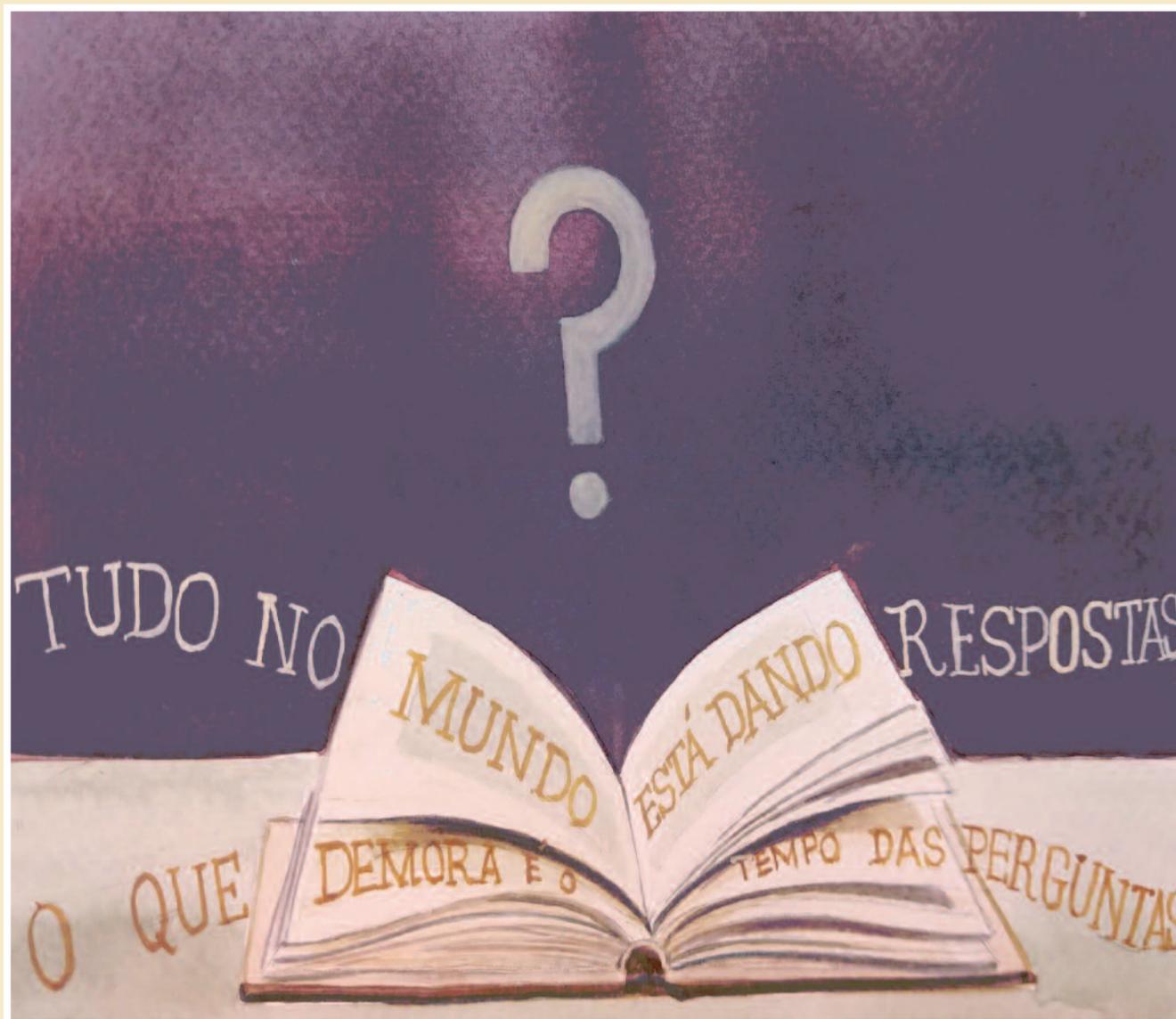
Pesquisar e publicar amplia o campo do conhecimento, mas não altera a realidade; agir sem compreender a realidade tem sido quase sempre uma ação inadequada, sem resultados efetivos. Pesquisar para compreender e agir para responder às perguntas que o mundo está propondo é o que me tenho atribuído, nos limites do campo de minha atuação:

- **a pesquisa** – a compreensão da educação pública, da escola pública, lá onde se constroem os alicerces da qualidade e da equidade;

- especificando ainda mais, tenho me atribuído a pesquisa e a ação no campo do ensino da língua materna - da alfabetização e do letramento, da leitura e da escrita, da formação de leitores e da formação de professores, pela convicção da importância de propiciar o instrumento fundamental para a equidade: o domínio da língua às crianças e jovens que estão nas escolas públicas, aqueles que não são herdeiros, como bem qualifica Bourdieu, inserir no mundo da escrita os que, ao contrário dos herdeiros, têm de enfrentar obstáculos sociais, econômicos, culturais que se mantêm quase sempre pelo poder da língua e só podem ser enfrentados com o poder da língua.

É nesse contexto que faço as reflexões que aqui fiz, em que tenho desenvolvido pesquisas para compreender, e a partir delas empreendi e tenho empreendido ações para intervir.

() Versão reduzida de discurso proferido em agradecimento à concessão à autora do Prêmio Almirante Álvaro Alberto, pelo Ministério de Ciência e Tecnologia/CNPq.*



Dois poemas

Llewellyn Medina

Desembargador do TJMG, aposentado

Platitude

Misterioso e enigmático ato de coar café
ampulheta através da qual foge a vida
água transformada nuvem irisada
fogo quase silêncio vinho da comunhão
terra quase quietude mar o fim de tarde
ar aureolado aroma evaporado

a água expulsa a vida do pó
a alma foge do corpo
água fogo terra ar
lembrança sutilmente vinda
caminho de retorno ao pó
caminho ao início do fim

a borra do café adere ao coador
pode ser indique a sorte
corredor busca fortuna o norte
traz de volta namorado
bilhete premiado
espanta mau olhado

é como mãos em concha
retém a água ao lavar o rosto
por instantes o pensamento
a água entre os dedos os dentes
para o bom entendedor
um livro de ensinamento

coar café propicia meditar
fugidia vida rotineira ida
rezo ao meu anjo protetor
me guie com singeleza
de volta ao lugar de onde parti
o pão posto à mesa
hora de viajar
hora benfazeja.

O semeador

Plantei palmeira bem no fundo do coração
palmeiras não guardam sombras sob suas cascas
nem voam ao abismo dos homens como mariposas
em direção ao sol

na cidade deserta casas empilham-se sem esperança
tantos são os sonhos desperdiçados
amanhã talvez seja tarde para purgar a mora

não chora não baby
receberá no natal uma cesta básica
e uma passagem classe executiva para Disneyworld
e todas as promessas para o próximo ano

quem cantará para o menino vindo d'África
em seu féretro sem esperança
quem se sentará à mesa com todos seus fantasmas
chuva chove em meu rosto lágrimas com gosto de sal
e essa sede de cânticos pagãos
sonho sonhos desvairados
e nenhum deles valerá o prêmio pago.



Dois poemas

Elson de Paula e Silva
Juiz aposentado do TJMG

Nhá Benta

Na pequena alameda tem
 uma dedicada rendeira
 que sabe benzer também!
 devota conhecida, confiável,
 experimentada na lida,
 no jeito simples, livra dores comuns da
 vida!

alguém chegou: queixa de dor
 e um não saber porquê, sentimentos
 ruins,
 um tudo errado, talvez inveja
 enciumada,
 coisas de mau-olhado que não tem
 fim!

ritual se faz...
 põe a mão na frente e pede fé!
 se vale do terço, água benta e
 concentrada fica.
 fervor na reza, muita reza,
 palavras repetidas, muito! não se
 apressa!
 galho de arruda unguido usa,
 coloridas fitas e santos chama,
 pede mais fé e tudo costurando vai...

benzendo segue, no rosto uma luz,
 angústias, zangas e dores,
 aos poucos se desfazem!
 fervor se repete e reza inflama
 e na fé, vai unindo pedaços até remate!

súbito, de voz baixa, a prece
 diminui, e silencia!
 paciente reage, sons sem nexo
 balbucia,
 rosto rubro, alguns gestos e se
 contém!

olhos abertos, sem queixas,
 um sinal-da-cruz e o repetido
 Amém!
 mal não mais havia,
 se despede, sai feliz, sorri,
 retoma a vida!

na pequena alameda tem
 uma dedicada rendeira
 que sabe benzer também!

Mel Rainha

Borboletas são flores
 que flutuam em voo,
 cores infinitas.
 abelhas em harmonia
 buscam o pólen, doçura, só delas,
 e sobre pétalas adormecem

nos estrelares perfumes,
 mel rainha, rainha mel!

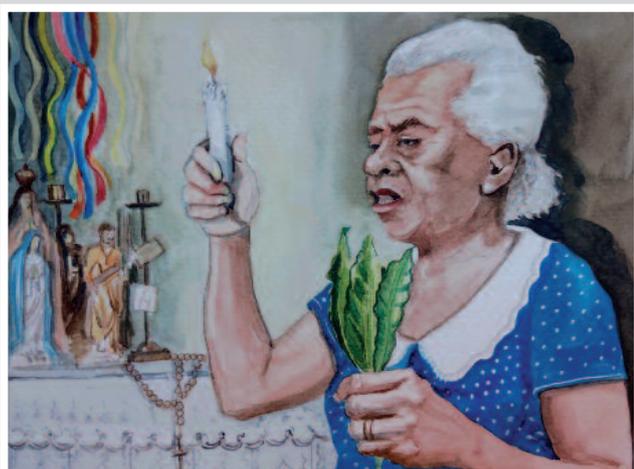
tudo é encanto no abrir do céu,
 disciplinada natureza,
 descerrando o véu, anuncia,
 donzela sem mazela,
 rainha mel!

animais se contagiam
 pássaros riscam em simetria
 bailados, leveza,
 enlouquecida sinfonia
 em lindo dia!

cores infinitas
 borboletas, abelhas e colibris
 atentos ficam!
 brisa segue livremente, flutua linda,
 encantada estação
 que o momento acolhe!

a tarde aos poucos se retrai,
 seu tempo abraça, esmaece,
 anoitece!

noite em festa,
 perfumes de sombras, aroma de flores,
 vagalumes em bandos,
 lua mel rainha, aguda, rainha mel
 que a noite enriquece!



Dois Poemas

João Quintino Silva

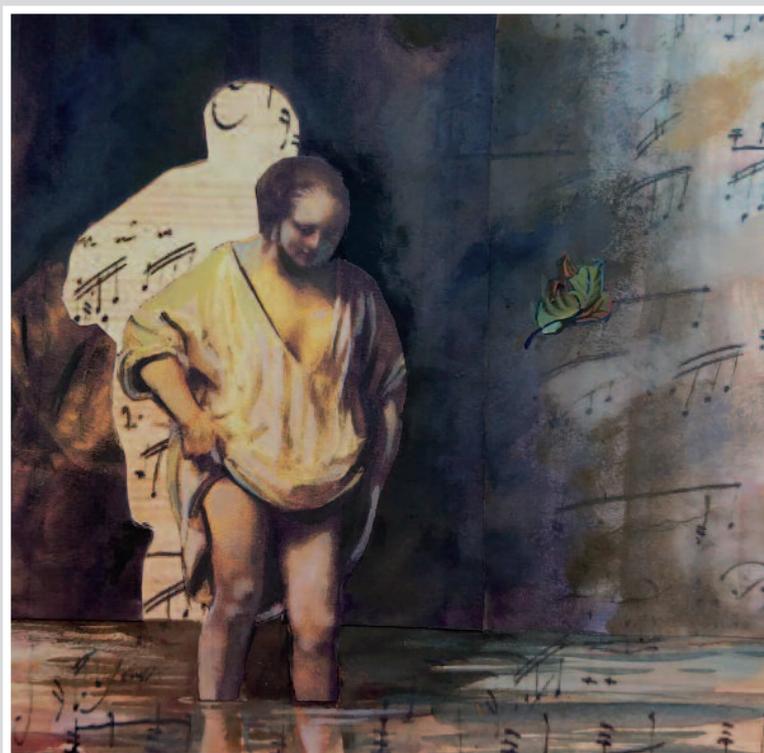
Desembargador do TJMG, aposentado

O bom verso

A O bom verso
 Tem que ter música de permeio,
 Suavidade de folha seca ao vento,
 Insinuação de ritmo
 Que leve ao embalo do corpo
 E ao fascínio da alma.
 Tem que lembrar “saudade”,
 Sorriso de mulher bonita
 Solta no prazer de viver,
 Desse tipo humano que mais parece
 A pintura sutil de um Rembrandt,
 Que fugiu da tela
 Para vir agasalhar-se em nosso olhar.
 O bom verso
 Tem que ter mistério,
 Evocação.
 Tem que sugerir
 Para além da linguagem concreta
 E do grafismo racional,
 Num simbolismo
 Que só o coração (e não a mente)
 Será capaz de entender.
 Tem que cantar a vida,
 O sonho,
 O amor,
 A fraternidade
 - DEUS, no centro de tudo,
 E o homem, a seus pés,
 Em adoração
 E êxtase.
 p'ro ano voltam
 em vão.

Bagagem literária (A prosa e o verso)

E - Minha bagagem literária?
 Versos
 Diversos
 Sobre temas vários, vários amores,
 Escritos com sentimento,
 Na medida do coração.
 Arquitetura de palavras moles,
 Combinadas de silêncios e reticências
 Para a revelação de sonhos estratosféricos,
 De ideais iluminados,
 De noites frescas e luas de inverno
 Na promoção do amor,
 - Ritmos da vida...
 O inverso
 De palavras duras,
 Racionais,
 - Estigma de toda prosa
 Porque,
 Enquanto a prosa (concreto das ideias)
 Levanta o edifício,
 A poesia (suspiros da alma)
 Implanta o jardim.



O casarão demolido



Se não tivesse sido demolido em meados dos anos 1950, “sem protesto dos mestres, alunos e da população”, como afirma o jornalista e advogado Fábio Proença Doyle, o prédio que ilustra nossa capa estaria completando 120 anos e seria um marco não apenas da cidade de Belo Horizonte, mas também da formação jurídica dos mineiros. Ele foi erguido em 1898 para ser a sede do primeiro curso de Direito de Minas, que nascera alguns anos antes (em 10 de dezembro de 1892), em Ouro Preto, e estava sendo transferido para a nova capital, inaugurada em 1897. Era um prédio imponente, belíssimo, e ficava na Praça da República, hoje Praça Afonso Arinos, na área central da capital, onde hoje se situa a sede da Faculdade de Direito da UFMG.

A demolição do prédio foi lembrada no livro “*O Casarão da Praça da República – A Faculdade Livre de Direito de Minas Geraes (1892-1930)*” (Editora Del Rey), do advogado e professor Hermes Vilchez Guerrero, atual diretor da Faculdade de Direito da UFMG, em que ele detalha ano a ano a história da faculdade que abrigou no início do século a formação de alguns dos principais nomes da política e da intelectualidade mineira, a começar de Afonso Pena, seu primeiro diretor, que chegaria a presidente da República, depois de governar o estado.

No prefácio, o já citado Fábio Doyle diz que o autor “*relembra tudo o que ainda acontecia na ainda incipiente Belo Horizonte, desde seu planejamento, em Ouro Preto, a antiga capital, pelos fundadores e por Aarão Reis, o sábio urbanista, até os tumultuados, agitados, confusos, da Revolução de 1930*”. O livro de Guerrero é pródigo em informações não apenas sobre a faculdade, mas sobre a vida da nova capital, então com cerca de 13 mil habitantes e grande movimentação de cavalos pelas ruas, com direito a um chafariz em frente ao prédio, para matar a sede deles.

O autor lembra que a Comarca de Belo Horizonte foi instalada em 1898 (completou 120 anos, portanto), tendo Edmundo Lins como seu primeiro juiz, e que o Tribunal de Relação, transferido de Ouro Preto, fez sua primeira reunião na nova capital antes mesmo de se instalar oficialmente, para julgar um *habeas corpus*.

Por opção metodológica, o autor interrompe sua narrativa em 1930, com a Revolução e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, gerando um lamentável incidente com a universidade mineira, envolvendo principalmente os estudantes de Direito. Em face dos tumultos, o novo governo baixou decreto determinando a aprovação compulsória de todos os estudantes universitários, decisão que encontrou imediata resistência da Reitoria da universidade, que se recusou a cumpri-la. Em tumultuada sessão do Conselho Universitário, o reitor Francisco Mendes Pimentel foi atingido por pedradas dos manifestantes e um de seus filhos reagiu atirando sobre a turba, atingindo o estudante de Medicina José Ferreira Viana, que, mesmo socorrido, faleceu. Desiludido, o reitor mudou-se para o Rio de Janeiro.

O casarão da capa

O quadro que ilustra a capa uma pintura a óleo sobre tela, pintada em 1927 e pertence ao desembargador Thiago Pinto, Seu autor é Nazareno Altavilla, pintor nascido em São Paulo autodidata e pioneiro na arte mineira. Filho de italianos, veio em 1926, com 5 anos, para Belo Horizonte, onde seu pai montou a primeira fábrica de espelhos da capital.

Frequentou por dois anos o Conservatório Mineiro de Música, dada sua vocação para música clássica, mas sua verdadeira vocação estava no desenho e na pintura, pois tinha como brincadeira predileta desenhar em qualquer pedaço de papel que encontrava. Aos 14 anos, iniciou-se nas artes plásticas com pinceladas suaves que deslizavam pela tela. Exercitava-se desenhando pés, mãos e rosto próprios e de sua família. Também trabalhou com seu pai no desenho e pintura de vitrais.

Com 15 anos, durante a Semana de Arte Moderna, participou da exposição de Belas Artes no Bar Brasil e Teatro Municipal, organizada pela prefeitura de Belo Horizonte. As pessoas não acreditaram que um de seus quadros havia sido pintado por um garoto. Em 1938, passou por nova desilusão. No II Salão de Belas Artes de Belo Horizonte, o quadro intitulado “Casas Velhas” não foi aceito como sendo seu, que tinha apenas 17 anos. Então, frente a uma comissão julgadora, pintou como um mestre para provar a autoria de sua obra. O episódio foi narrado pelos jornais como “o quadro do barulho”.

No ano seguinte, obteve o primeiro prêmio no III Salão de Artes Plásticas da cidade de Belo Horizonte, com um retrato de seu pai feito a crayon e uma menção honrosa no VI Salão Paulista de Belas Artes, com o quadro “*As Lavadeiras do Rio Sabará*”.

Muitas de suas telas foram adquiridas por Juscelino Kubistchek, Tancredo Neves, Pimenta da Veiga, Clóvis Salgado, Museu Guimarães Rosa, Mineração Morro Velho (onde desceu a 1500 metros de profundidade para pintar), Automóvel Club (quadro *Fazenda do Leitão*), além de encomendas de padres jesuítas, do Museu Abílio Barreto (desenho “*Fazenda do Leitão*”) e da Secretaria da Agricultura, entre outros.

Realizou várias exposições individuais e coletivas em Minas Gerais e em outras cidades, sendo considerado o “*dono da perspectiva*”. Retratou como ninguém nossas cidades históricas e também outros estados e cidades. Faleceu em 27/04/89.

O Casarão da 4ª. Capa

A quarta capa retrata o prédio do Palácio da Justiça, na Avenida Afonso Pena, sede histórica do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, inaugurada em 16 de janeiro de 1912. A obra é a reconstituição de uma fotografia com utilização da tinta guache, feita pela artista plástica e professora Sandra Bianchi, ilustradora de *MagisCultura* desde a primeira edição.

A fala dos presidentes

Editada há dez anos, *MagisCultura* esteve sob o pátio de quatro presidentes da Amagis, desde o responsável pelo seu lançamento, Nelson Missias de Moraes, até o atual, Maurício Soares. Registramos aqui opiniões deles sobre a publicação; a do atual presidente está expressa no Editorial.

Nelson Missias de Moraes

Em meio aos compromissos de ordem institucional e profissional, com frequência me renovo, me realimento – ou às vezes me refugio – em textos literários de autores de que gosto e de outros, que quero conhecer.

*Nesses últimos dez anos, uma de minhas escolhas para esse fim tem sido voltar à leitura de textos publicados em nossa **MagisCultura**, sem qualquer sombra de dúvida a iniciativa de vida cultural de que mais me orgulho. Não pelo lado emocional, individual, mas por perceber, uma década depois do lançamento, que ela foi capaz de abrir espaço aos nossos juízes e desembargadores para darem ‘vazão à sua produção artística e se sentirem estimulados a ampliá-la, como forma de transformar em arte a experiência e a reflexão que fazem no dia a dia dos fóruns’, como afirmei no primeiro editorial.*

*Tenho a convicção de que a arte realimenta a vida. **MagisCultura** tem nos realimentado há dez anos.*



Bruno Terra Dias

*Há honras e honrarias, condutas e reconhecimento, tudo compondo a vida. Tenho algumas alegrias especiais como registros de minha passagem pela Magistratura Mineira. A mais elevada distinção que recebi foi a confiança da representação de nossa classe à frente da Amagis, no período de 2010 a 2012. Nessa condição, e com tantos compromissos correspondentes às responsabilidades inerentes, a manutenção e consolidação da Revista **MagisCultura**, cujo nascimento ocorreu na administração de meu antecessor e amigo, Nelson Missias, merece especial destaque. Pelo propósito, pelo prestígio angariado dentro e fora do Poder Judiciário, pela inserção maior dos nossos associados no meio da intelectualidade literária de Minas Gerais e do Brasil, por repercussões infundáveis, o atingimento da vigésima edição demonstra a pujança e a maturidade da publicação que distingue nosso magistrado onde estiver. Parabéns à Amagis e à Magistratura Mineira!*



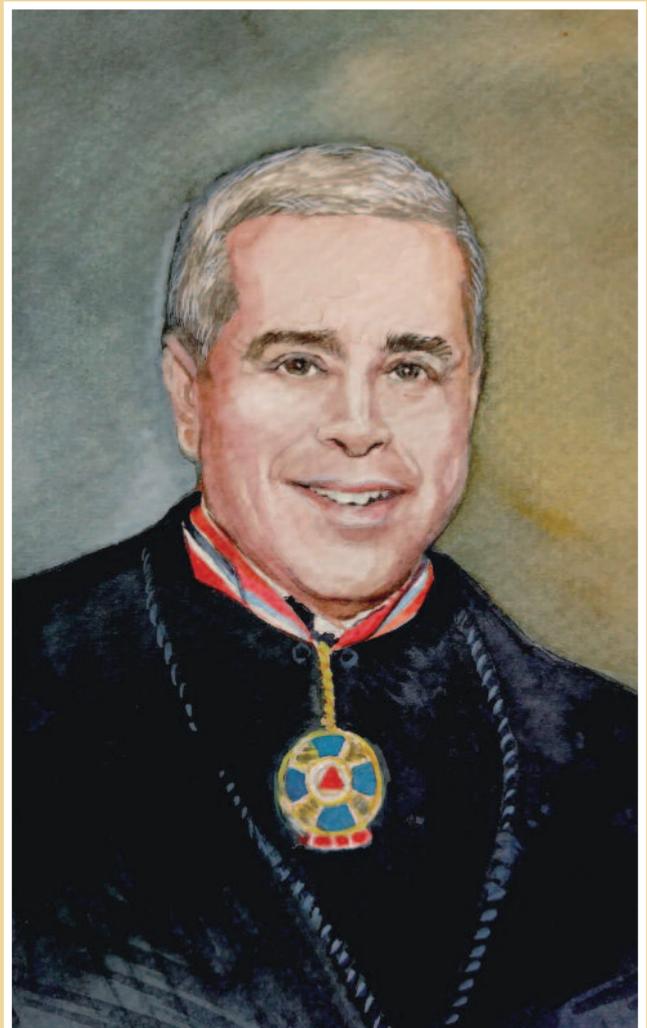
Herbert Carneiro

*A **MagisCultura** é orgulho de todos os magistrados. Ela comprova que é possível conciliar o trabalho árduo da magistratura com a leveza da literatura e da poesia. É uma publicação que espalha aos quatro cantos e recantos de Minas e do Brasil o pensar e o sentir dos colegas juízes e desembargadores, fazendo a nossa Amagis diferenciada no cenário associativo nacional.*

*A **MagisCultura** foi a forma que encontramos para abrir espaço a que cada magistrado dê vazão ao rico acervo de vida que acumula no trato diário com os percalços da lei. Os embates judiciais, sabemos, são os embates de vida, com suas virtudes e mazelas [mais mazelas do que virtudes] e sempre oferecem muita matéria para reflexão cultural, para muito além das filigranas da lei.*

A revista é um brinde ao talento literário dos colegas juízes e desembargadores que fazem de MagisCultura mais um pilar da fortaleza que é a cultura de Minas.

[Frasas foram escritas em vários momentos por ele, falecido no início de 2018.]



Oito dezenas de autores

Entre magistrados e convidados, foram mais de 80 os autores que publicaram textos nas dezenove edições anteriores de MagisCultura, alguns deles mais de uma vez. No caso dos desembargadores ou juizes, os textos foram enviados espontaneamente e selecionados pelo Conselho Editorial. No caso dos convidados, foram sempre autores mineiros, vivos ou não, dos quais publicamos um perfil e reproduzimos texto de sua autoria, alguns especialmente escritos para a revista. Confirmam a relação a seguir, alinhada por ordem alfabética, e se encontrarem nela os nomes de alguns consagrados ícones da literatura brasileira, não terá sido mera coincidência: eles escreveram mesmo para a nossa revista.

Adélia Prado
 Adhemar Ferreira Maciel
 Affonso Ávila
 Affonso Romano de Sant'Anna
 Aldina de Carvalho Soares
 Aluizio Alberto da Cruz Quintão
 Aluizio Cândido de Siqueira
 Amaury Silva
 Ângelo Oswaldo de Araújo Santos
 Antônio Pedro Braga
 Átila Andrade de Castro
 Augusto José Vieira Neto
 Benito Barreto
 Bruno Terra Dias
 Carlos Alberto Bastos de Matos
 Carlos Alberto Tavares Corrêa Barbosa
 Carlos Herculano Lopes
 Carlos Roberto Loiola
 Célio César Paduani
 Christiane de Almeida Alvim
 Daniel César Botto Colaço
 Dantas Motta
 Diógenes de Araújo Netto
 Doorgal Andrada
 Eduardo Almeida Reis
 Elson de Paula e Silva
 Eros Roberto Grau
 Evandro Cangussu Melo
 Fábio Lucas
 Fernando Armando Ribeiro
 Fernando Brant
 Francisco A. Romanelli
 Francisco Jaime Medeiros Neto
 Francisco José Lopes de Albuquerque
 Geraldo Hamilton de Menezes

Geraldo Rogério de Souza
 Glayco Firpe
 Gutemberg da Mota e Silva
 J. Afrânio Vilela
 J. Nepomuceno
 João Quintino Silva
 José Altivo Brandão Teixeira
 José Amâncio de Souza Filho
 José Anacleto Ferreira
 José Arthur de Carvalho Pereira Filho
 José de Assis
 José Fernandes Filho
 José João Calanzani
 José Maria Vieira Starling
 Juscelino José de Magalhães
 Llewellyn Davies A. Medina
 Lúcio Urbano Silva Martins
 Luís Carlos B. Gambogi
 Luiz Audebert Delage Filho
 Luiz Carlos Biasutti
 Luiz Vilela
 Manoel Lobato
 Manoel Marcos Guimarães
 Márcio Aristeu Monteiro de Barros
 Marcos Henrique Caldeira Brant
 Maria Elisa Chaves Machado
 Marluce Ramos Leão de Almeida
 Matheus Chaves Jardim
 Mônica Sette Lopes
 Mônica Sifuentes
 Murilo Rubião
 Odilon de Ávila Flores
 Olavo Romano
 Paulo Rubens Salomão Caputo
 Raimundo Messias Júnior
 Renato César Jardim
 Renato Zouain Zupo
 Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza
 Rogério Medeiros Garcia de Lima
 Rui Mourão
 Sérgio Braga
 Silviano Santiago
 Vivaldi Moreira
 Walter Luiz de Melo
 Wander Marotta

NORMAS PARA ENVIO DE ORIGINAIS

MagisCultura é uma Revista da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), destinada à publicação da produção cultural de juízes e desembargadores de Minas Gerais, em exercício ou aposentados.

Serão aceitos para publicação textos de ficção – contos, crônicas, pequenas novelas, poemas – ou de estudos – artigos, ensaios, resenhas – ou, ainda, ilustrações – fotografias, pinturas, reprodução de esculturas.

Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

A seleção dos trabalhos será feita pelo Conselho Editorial (ver nomes no Expediente).

Os textos deverão ser enviados devidamente digitados, pelo endereço eletrônico da Revista (magiscultura@amagis.com.br) e conter o máximo de 10 mil caracteres.

As ilustrações deverão ser enviadas em formato compatível com a publicação e com resolução mínima de 300 dpi.

Os prazos para envio dos trabalhos serão divulgados pelo *site* e demais veículos de comunicação da Amagis.

A AMAGIS, consciente das questões sociais e ambientais, utiliza papéis com certificado FSC® (*Forest Stewardship Council*®) para a impressão deste material. A certificação FSC garante que a matéria-prima florestal provenha de um manejo considerado social, ambiental e economicamente adequado e outras fontes controladas.



Endereço para correspondência:

R. Albita, 194 . Cruzeiro
Belo Horizonte . MG
CEP 30310-160
Tel.: 31 3079-3453
magiscultura@amagis.com.br

www.amagis.com.br

Apoio Cultural

CEMIG

A Melhor Energia do Brasil.

